

01 - 0453/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0453 / 2007

DE

2007

ATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0453 / 2007

DE

21/06/2007

PROMOVENTE:

VEREADOR

EDIVALDO ESTIMA

E M E N T A:

TORNA OBRIGATÓRIO PELÍCULA PROTETORA SOBRE A SUPERFÍCIE
DOS ENLATADOS, CUJO CONSUMO SEJA ALIMENTAR, NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

ARQUIVADO EM 26 de 12 de 2007

Juliano

CHEFE DE SEÇÃO

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
8/11/2010 10:42:41

00000021602-00





SÃO PAULO
PRECISA DE **ESTIMA**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc.
Nº 453 de 07

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

100.406

GABINETE DO VEREADOR EDIVALDO ESTIMA

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO
27 SET 2007
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
À SANÇÃO
09 ABR 2008
PRESIDENTE

HOJE
AS COMISSÕES DE: 26 JUN 2007
Cont. Test. Leg. Participa
Transp. Transport. de Econ. e Gastronomia
Finanças e Orçamento

PROJETO DE LEI Nº.

01 - PL
01 - 0453/2007

Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º – é obrigatório película protetora sobre a superfície de todas as bebidas e alimentos enlatados, comercializados no Município de São Paulo.

Art. 2º – É defeso a comercialização e distribuição desses enlatados, se desprovidos dessa proteção.

Art. 3º – O descumprimento do disposto nesta lei, sujeitará o infrator às penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo.

Art 4º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica estabelecido o prazo de 12(doze) meses contados da data de sua publicação.

Art 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de Junho de 2007.

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
26 JUN 2007
SGP.42

Edivaldo ESTIMA
Vereador

Yr 2 3
Em 27106107
Ass:

Adelina Ciccone

Registro 100.406



SÃO PAULO
PRECISA DE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESTIMA Gabinete Vereador Edivaldo ESTIMA

Folha nº 02 do proc.
Nº 453 de 07

Adelina Cicono - Ass. Parlamentar
RP. 100.406

JUSTIFICATIVA

O uso da película protetora nas tampas de enlatados de consumo alimentar, tem como objetivo prevenir eventual contaminação por bactérias, fungos e outros agentes etiológicos que colocam em risco a saúde do cidadão, pois nem sempre as latas são devidamente higienizadas antes da abertura do seu lacre, sendo certo que de alguma forma a parte externa da tampa vai entrar em contato com o produto ali armazenado tornando-o impróprio para o consumo.

O perfil das doenças transmitidas por alimentos ainda é desconhecido, pesquisas no entanto nos mostram claramente os riscos de contaminação de *Escherichia coli* que provoca diarreia e da Leptospirose, transmitida pela urina do rato, aos consumidores de alimentos e ou bebidas enlatadas. Tem-se claro dessa forma que se não houver a proteção em vão foi todo o cumprimento das normas sanitárias desde a produção primária até o condicionamento daquele determinado alimento.

A película protege o lacre e ou a borda da tampa da lata, propiciando ao consumidor maior garantia de que aquela bebida ou alimento, continuará inalterado após o rompimento da tampa, independentemente da procedência da lata.

Imprescindível então, lei que regularize tal situação, pois eminente é a possibilidade de risco. Matéria de cunho preventivo, por quanto de interesse público, merece ser contemplada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo n.º 01-453 107 2710612007 (a) CD

Adelina Cicone

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras. **Assistente Parlamentar**

Registro 100.406

03/07/07

Inácio Veiga

Supervisor de Controle do Proc. Leg.
SGP-22

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Segue juntado nesta data o documento de

fls. 04 a 09 datado de 01 / 08 / 2007

Eu _____

RF 10.839



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

Folha 04
Proc. N° 0453 / 07
Valdemaria C. R. dos Santos
RF. 10.839

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- PL N° 72/02, de autoria do Vereador Edivaldo Estima, que "torna obrigatório a proteção com tampa plástica em todas bebidas enlatadas comercializadas no âmbito do Município de São Paulo";

PL N° 585/03, de autoria do ex-Vereador William Woo, que "dispõe sobre comercialização de líquidos e bebidas envasadas em latas de alumínio ou similares";

PL N° 033/03, de autoria do Vereador Farhat, que "dispõe sobre a afiação de orientação sobre o consumo de bebidas em latas nos estabelecimentos que especifica".

O Projeto de lei n° 72/02 recebeu veto total, que foi apreciado e aceito nesta sessão legislativa.

As cópias dos projetos supracitados acompanham esta informação.

São Paulo, 26 de julho de 2007.

Raimundo Batista

Procurador Supervisor do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 106926

| Serviços | A Cidade | Compras | Notícias | Governo

Busca no portal

CGE INFORMA: Chuviscos em pontos isolados da Capital.

19°C 159km 7 e 8

Pesquisa de Legislação Municipal

Nº 72 Ano: 2002 Secretaria: CAMARA

Voltar

Imprimir

Folha 05
Proc. Nº 0453 102
Valdemaria C. R. dos Santos
RF. 10.839

PROJETO DE LEI 72/02, do Vereador Edivaldo Estima.

"Tornar obrigatório a proteção com tampa plástica em todas bebidas enlatadas comercializadas no âmbito Município de São Paulo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Tornar obrigatório a proteção com tampa plástica protetora em todas as bebidas enlatadas comercializadas, no âmbito do Município de São Paulo.

Art. 2 - Fica proibida a fabricação, venda ,distribuição, e comercialização do produto que não tenha a devida proteção.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - Notificação com um prazo de 7 dias úteis para regularização;

II - Multa no valor de R\$500,00 (Quinhentos Reais) ;

II - Multa no valor de R\$ 3.000,00 (Hum Mil Reais), em caso de reincidência.

III - Fechamento administrativo;

IV - Cassação da licença de funcionamento do estabelecimento.

Art. 4º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, Às Comissões competentes."

RAZÕES DE VETO

Projeto de Lei nº 72/02

OF ATL nº 045, de 13 de janeiro de 2004

Senhor Presidente

Nos termos do Ofício nº 18/Leg.3/0773/2003, Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia autêntica da lei decretada por essa Egrégia Câmara, relativa ao Projeto de Lei nº 72/02, proposto pelo Vereador Edivaldo Estima, que torna obrigatória a proteção com tampa plástica em todas as bebidas enlatadas comercializadas no âmbito do Município de São Paulo.

Não obstante os meritórios propósitos de que se imbuíu seu ilustre autor, impõe-se o veto total ao texto aprovado, com fulcro no § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, por Inconstitucionalidade, ilegalidade e contrariedade ao interesse público, nos termos das razões a seguir aduzidas.

A propositura, além de obrigar a colocação de tampa plástica nas bebidas enlatadas, proíbe sua fabricação, venda, distribuição e comercialização no Município se estiverem desprovidas da referida proteção. Também estabelece penalidades aos infratores da lei.

Inserindo-se a orientação preconizada em matéria relativa a serviço de natureza sanitária, ainda que materialmente exercida por particulares, mas com fiscalização a cargo do Poder Público, fica patente que a medida legisla sobre organização administrativa e serviços públicos, com evidente ingerência nas atividades dos órgãos administrativos, impondo, por via de consequência, procedimentos e encargos geradores de despesas para o erário, o que é vedado ao Legislativo, por expressa disposição legal.

Assim sendo, ao pretender dispor sobre a citada matéria, a propositura incorre em vício de iniciativa por contrariar o disposto no artigo 37, § 2º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que estabelece serem de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre organização administrativa e serviços públicos.

Com efeito, a efetivação da medida preconizada na lei aprovada demandará recursos humanos e materiais, tendo em vista a necessidade de fiscalização da obediência dos titulares dos estabelecimentos fabricantes, vendedores e distribuidores ao comando legislativo. Isto implica dotar as unidades competentes de condições para tanto necessárias, levando à realização de despesas, com reflexo nas finanças municipais. Tal matéria também é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, a teor do disposto no artigo 70, inciso VI, da Lei Orgânica.

Destarte, indiscutivelmente, a propositura extrapola as atribuições do Legislativo e invade a esfera de competências do Executivo, configurando infringência ao princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, consagrado no artigo 2º da Constituição Federal e reproduzido nos artigos 5º da Constituição Estadual e 6º da Lei Maior local.

Por outro lado, é mister ressaltar que a medida pressupõe a existência de verbas, importando aumento de despesas, sem a indicação dos correspondentes recursos, achando-se francamente em desacordo com o artigo 25 da Constituição do Estado de São Paulo e com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em seus artigos 15 a 17.

A medida, finalmente, é também Inconstitucional uma vez que, nos termos do artigo 24, inciso V, da Carta Magna, compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre produção e consumo, em cujas categorias se enquadram as atividades de fabricação, venda, distribuição e comercialização de produtos.

Dessa forma, a proposta legislativa interfere na produção e consumo de bebidas enlatadas, e, assim, desborda da competência do Município de São Paulo para disciplinar as atividades econômicas desenvolvidas em seu território, nos termos do artigo 160 de sua Lei Orgânica.

Cabe ressaltar também que muitas vezes a fabricação, a venda e mesmo a distribuição de certos produtos não ocorrem dentro dos limites de um Município, o que impossibilitaria a fiscalização e a apuração das respectivas responsabilidades.

Não obstante as razões de inconstitucionalidade e ilegalidade apontadas sejam suficientes para fundamentar o veto integral do texto aprovado, a propositura desatende, ainda, ao interesse público.

Impende assinalar que a matéria, por ser de natureza sanitária, já tem sua previsão legal estabelecida pela Lei nº 13.725, de 10 de janeiro de 2004 - Código Sanitário do Município de São Paulo. Tal Código, em seus artigos 116 e seguintes, caracteriza as infrações de natureza sanitária e comina as penalidades.

Assim sendo, a eventual desobediência às normas de higiene poderá ser enquadrada no artigo 118 do Código Sanitário Municipal. Por se tratar de higiene de produtos comestíveis, a matéria deve ser disciplinada em legislação específica e não de maneira isolada como é o caso do projeto aprovado.

Por outro lado, a simples proteção de tampa plástica não vai solucionar uma possível contaminação, pois o problema está na falta de higiene nos locais de armazenamento e venda das latas de bebidas. Isto decorre da desobediência, por parte das empresas, ao artigo 46 do Código Sanitário Municipal e ao item 2 da Portaria SMS nº 2535/03, que estabelecem as boas práticas de organização e higiene que são imprescindíveis para comercialização de alimentos seguros, nas quais se inclui a limpeza das embalagens rígidas e impermeáveis, antes de serem abertas, nos termos do item 12.3 da citada portaria. Os ambulantes também devem portar água potável para higienização dos utensílios e das mãos.

Assim, se os locais de armazenagem, distribuição e venda estiverem em desacordo com a legislação sanitária, as embalagens, providas ou não de tampas, permanecerão com sujidades e possivelmente contaminadas.

Finalmente, necessário é dizer que a edição de normas esparsas sobre determinado tema, como ocorre no caso, contraria as normas federais de técnica legislativa, consubstanciadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, uma vez que a matéria concernente à orientação sobre normas sanitárias encontra seu campo adequado no Código Sanitário, consoante já demonstrado.

Conclui-se, portanto, que sob os aspectos apresentados o projeto aprovado revela-se inconstitucional, ilegal e contrário ao Interesse público, pelo que vejo-me na contingência de vetá-lo integralmente, nos termos do artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica Municipal e, assim sendo, devolvo o assunto à apreciação dessa Egrégia Câmara que, com seu elevado critério, se dignará a reexaminá-lo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

MARTA SUPLICY, Prefeita

Ao Excelentíssimo Senhor

ARSELINO TATTO

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Serviços](#) | [A Cidade](#) | [Compras](#) | [Notícias](#) | [Governo](#)

CGE INFORMA: Chuviscos em pontos isolados da Capital.

Busca no portal

19°C 159km 7 e 8

Pesquisa de Legislação Municipal

Nº 585 Ano: 2003 Secretaria: CAMARA

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

Folha 08 -
Proc. Nº 0453 10a
Valdemaria C. R. dos Santos
RF. 10.839

PROJETO DE LEI 585/2003

do Vereador William Woo (PSDB)

"Dispõe sobre comercialização de líquidos e bebidas envasadas em latas de alumínio ou similares, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Ficam os fabricantes de líquidos e bebidas envasadas em lata de alumínio ou similares, obrigados a protegê-los com tampa de material plástico ou similar na área do bocal.

Parágrafo Único - A referida tampa destina-se a proteger o vasilhame de possíveis contaminações, mantendo a higiene e assepsia.

Art. 2º - É proibida a fabricação, distribuição e venda de vasilhames sem a referida proteção.

Art. 3º - O descumprimento às disposições contidas nesta lei causará a apreensão dos produtos comercializados e a aplicação ao infrator as seguintes penalidades:

I - Aplicação de multa no valor de comercialização do produto por unidade apreendida;

II - Em caso de reincidência, aplicação de multa no dobro do valor de comercialização do produto por unidade apreendida;

III - Cassação do alvará de funcionamento.

Art. 4º - O Poder Público Municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação;

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Às Comissões competentes."

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

| Serviços | A Cidade | Compras | Notícias | **Governo**

CGE INFORMA: Chuviscos em pontos isolados da Capital.

Busca no portal

19°C 159km 7 e 8

Pesquisa de Legislação Municipal

Nº 33 Ano: 2003 Secretaria: CAMARA

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

Folha 09
Proc. Nº 0153/02
Valdemaria C. R. dos Santos
RF. 10.839

PROJETO DE LEI 33/2003 - CAMARA

do Vereador Farhat.

"Dispõe sobre a afixação de orientação sobre o consumo de bebidas em latas nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º Ficam os bares, restaurantes, lanchonetes, e estabelecimentos congêneres do município de São Paulo, obrigados a manter afixado, em local visível, orientação sobre a higienização de latas de bebida.

§ 1º - A orientação deve conter os seguintes dizeres:

- BEBIDAS EM LATAS -

Higienize a lata antes de consumir o produto e

previna-se contra eventuais doenças.

§ 2º - A placa ou cartaz contendo as informações deverá atender a metragem mínima de 21 cm. de largura x 29,7 cm. de altura.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira infração;

II - Multa-base de R\$500,00(quinhetos reais), na segunda infração;

III - Multa-base cobrada em dobro, nas infrações subseqüentes.

Parágrafo Único - O valor da multa de que trata este artigo será atualizado anualmente, pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE, acumulada no exercício anterior sendo que no caso de extinção desse índice será adotado outro índice criado por legislação federal, e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de Fevereiro de 2002 Às Comissões competentes."

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

À SGP-2

Sra. Secretária.

Para prosseguimento.
SP, 01/08/07

Raimundo Batista

Raimundo Batista
Procurador Legislativo Supervisor
Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia
OAB/SP nº 106.926

À Com. de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa.

03/08/07

Angela Bordin Andreoni
ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO

Comissão de Constituição e Justiça

Em 06/8/07 às 18h30

Solange Raimone dos Santos
SOLANGE RAIMONE DOS SANTOS
R.F. 10801
Secretária

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora

CARLOS ALBERTO B. J.

Presidente

da Comissão de Constituição e Justiça.

24/08/07.

[Assinatura]
Presidente

Obs: o prazo para manifestação é de 5 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

À SGP-2

A pedido
São Paulo 01/10/07

Solange Raimone dos Santos
SOLANGE RAIMONE DOS SANTOS
R.F. 10801
Secretária

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

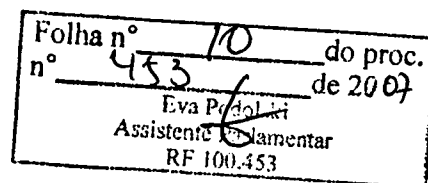
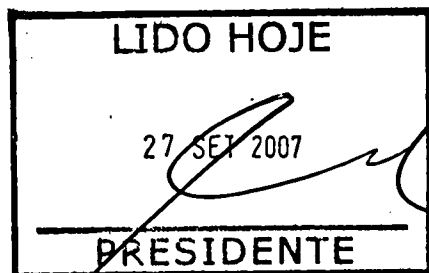
EM 06/09/07 às 15h

POR *[Assinatura]*

SAÍDA: 12/09/07 às 11h20

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue(m) (protocolo) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº 10a13 o folheto de informação nº

Eva P. G. G. G.
Eva P. G. G. G.
Assistente Parlamentar
RF 100.453



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA E FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI 453/07.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Edvaldo Estima, que torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo.

De acordo com o art. 37, "caput", da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

A presente matéria, como se vê, cuida de assunto de interesse local, encontrando guarida, portanto nos arts. 13, inciso I, 37, "caput" e 160, todos da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Assim sendo, somos

PELA LEGALIDADE



Quanto ao mérito, a Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia manifesta-se **A FAVOR** da propositura, tendo em vista que se reveste de inegável interesse público.

PL 453/07

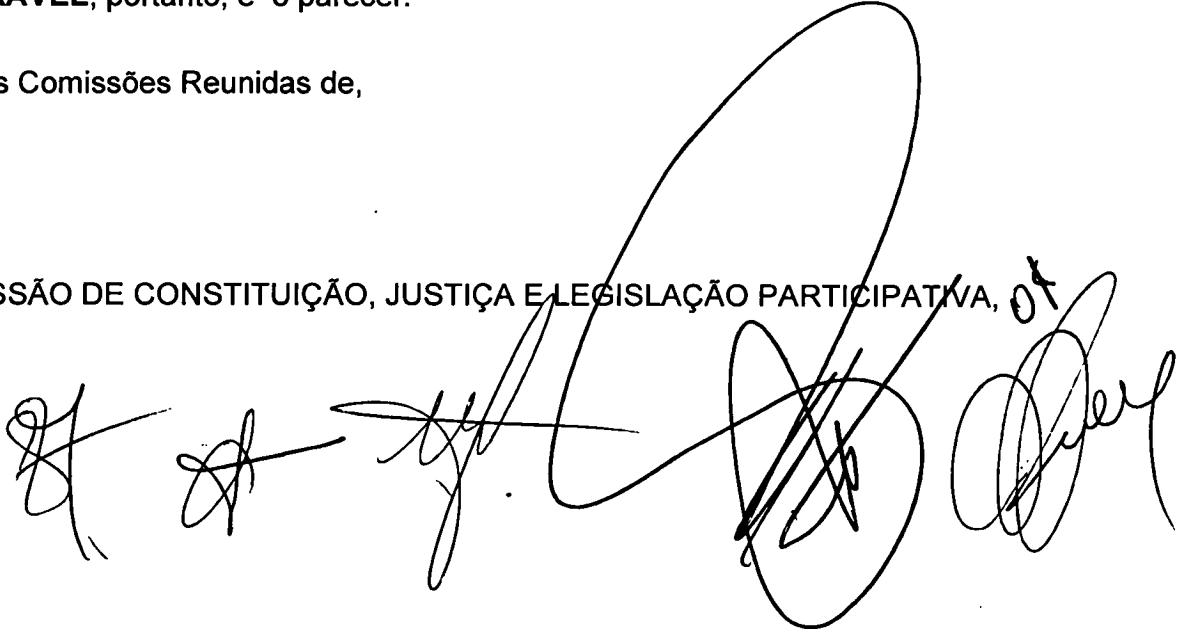
Folha n°	11	do proc.
n°	453	de 2007
Eva Bodjani		
Assistente Parlamentar		
RF 100.453		

No tocante ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, eis que as despesas decorrentes da sua aprovação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

FAVORÁVEL, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas de,

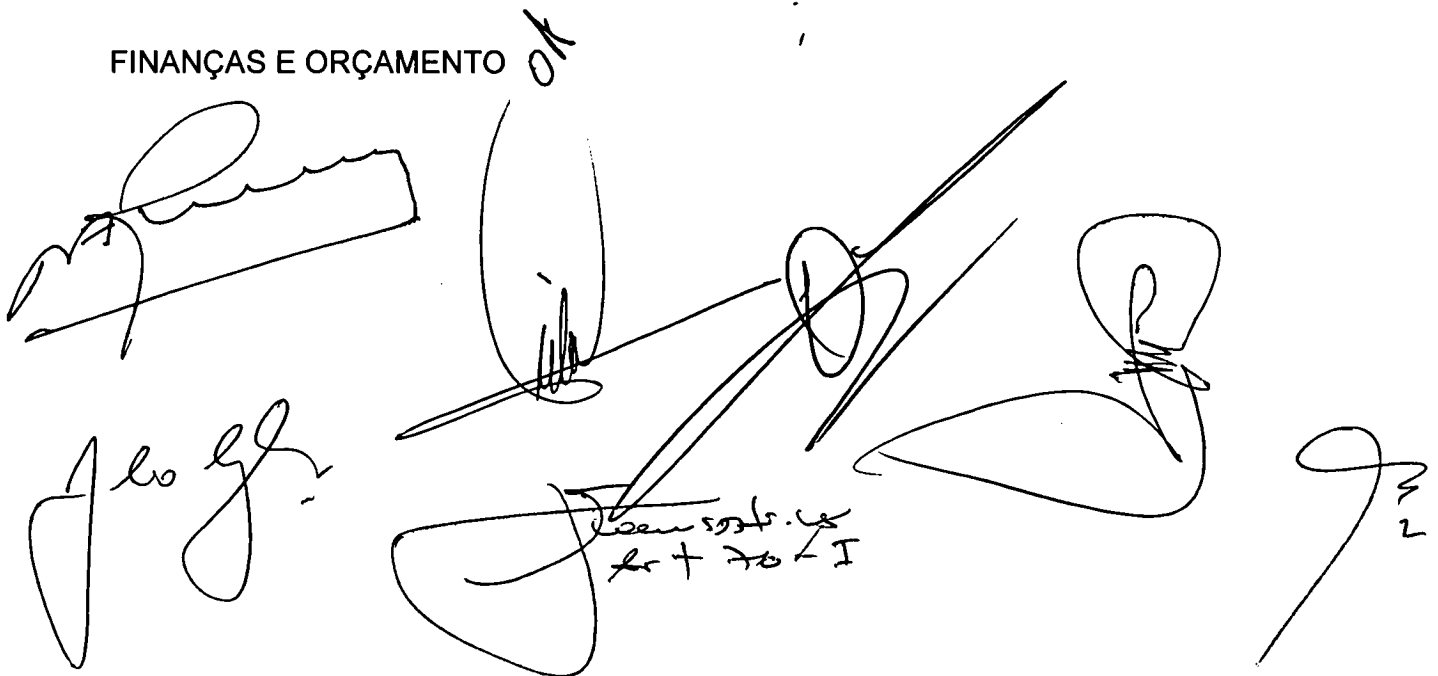
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, ^{OK}



TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA,



FINANÇAS E ORÇAMENTO ^{OK}



João Carlos
Ar + 70 - I

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Passemos ao item seguinte.

- “PL 453/2007, do Vereador EDIVALDO ESTIMA (PPS). Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES DOS MEMBROS DA CÂMARA. “

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte (Parecer)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 453/07. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, para manifestar o voto contrário da Liderança do Governo à matéria em função de isolar São Paulo com uma medida que deixará a Cidade apenas com uma inovação no tratamento da comercialização de produtos.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº

13

do processo n.º

01-453/07 05/10/2007

(a)

Eva Radolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

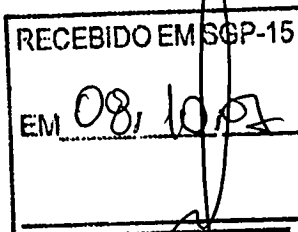
À SGP-15

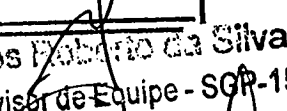
Sr. Supervisor,

Encaminho os presentes autos para atendimento do disposto no artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

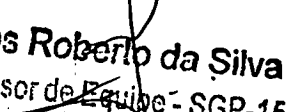
05/10/2007


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2




Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em, 08/10/07


Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO
08.10.07 às 17h30

MÁRIO SÉRGIO HORTA
RF 101.086
Secretário

Segue m juntado B, nesta data
Documento B e papel de informação
Rubricado B sob folha D 140058
Em 14.11.07

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: WADIIH MUTRAN

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07 de novembro de 2007

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

folha nº 14 do
Processo nº 453/07
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651 *mts*

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Bom dia a todos.

Está presente o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Nesta audiência pública, vamos abordar algumas matérias referentes à Comissão de Finanças e Orçamento.

Na qualidade de Presidente circunstancial da Comissão, trataremos dos PLs 28(?) /07, de autoria do nobre Vereador Goulart; 40/07, de autoria do nobre Vereador Donato; 90/03, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva; 146/06, de autoria do nobre Vereador Donato; 158/05, de autoria do nobre Vereador Abou Anni; 269/06, de autoria do nobre Vereador Celso Jatene; 372/07, de autoria do nobre Vereador Domingos Dissei; 442/06, de autoria do nobre Vereador Farhat; 453/07, de autoria do nobre Vereador Edvaldo Estima e 753/05, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

Também compõem a nossa audiência pública projetos de autoria do Executivo, sob os números 490/07, 586/07, 642/07 e 746/07.

Contamos com a presença do Sr. César Mecchi Morales, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Transportes, a quem convido para participar da mesa.

Passemos ao primeiro item da pauta, PL 490/07, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo a contratar operação de crédito interna com o Banco do Brasil S.A. e oferecer garantias, nas condições que especifica.

Tem a palavra o Sr. César Mecchi Morales, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Transportes, para falar sobre o PL 490/07, em segunda audiência pública.

O SR. CÉSAR MECCHI MORALES – Bom dia, Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto, nobre Vereador Paulo Fiorilo, demais membros desta comissão e representantes da comunidade, compareço aqui, com muita honra, em nome do Sr. Alexandre Moraes, para tratar desse projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que pede a esta Casa autorização para contratação de um empréstimo junto ao Banco do Brasil, vinculado a um conjunto de obras, conhecido como Promob.

O Promob é um Programa de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que destinou uma verba de aproximadamente 300 milhões de reais para todo o país, para pequenas obras de acessibilidade, em melhorias para o transporte coletivo e transporte não motorizado, com ênfase nessa última área.

A idéia é serem feitas pequenas obras e pequenas intervenções urbanas, sendo muito relevantes para a segurança da população e a mobilidade urbana, um conceito novo de acessibilidade e de concretização do direito constitucional de locomoção, direito individual e fundamental de todo cidadão.

São Paulo teve a honra de ter seus projetos aprovados pelo Ministério das Cidades, e teve uma destinação bastante significativa, 25 milhões, dada à excelência dos projetos que foram apresentados. Esse processo vem desde 2005.

Basicamente esses projetos aprovados são de três ordens. Primeiro, a comunidade protegida, pequenas intervenções urbanas para sinalização, pavimentação diferenciada para pedestres, melhoria de acessos e guias rebaixadas.

O segundo item refere-se à proteção para travessia de linhas férreas, passagem subterrâneas e passarelas. O terceiro item é ciclovias e bicicletários, basicamente na zona leste. Todos projetos foram aprovados, detalhados e apresentados ao Ministério das Cidades.

Dada a verba que está sendo concedida, temos possibilidade até de ampliarmos esses projetos. Isso é muito importante.

Basicamente há 25 milhões fornecidos pelo Banco de Brasil, uma contrapartida de dois a três milhões da Prefeitura, e essa autorização que o Poder Executivo está solicitando a esta Casa de Leis.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradeço sua apresentação inicial.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo, para fazer exposições e



questionamentos a esse projeto.

O SR. PAULO FIORILO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quando a Câmara for apreciar e votar essa matéria, terá de ter todas as informações necessárias.

V.Exa. informou agora que foram apresentado ao Ministério das Cidades propostas ou projetos de execução de obras.

V.Exa. teria como informar à Comissão quais exatamente são essas intervenções, onde elas se localizam e suas expectativas quanto ao tempo de execução?

O SR. CÉSAR MECCHI MORALES – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, isso ocorre basicamente na zona leste.

O primeiro item do projeto aprovado pelo Ministério das Cidades é Comunidade Protegida. São pequenas obras de sinalização e rebaixamento de guias. As áreas visadas inicialmente são Cidade Tiradentes, São Matheus e Itaquera, na Vila Carmosina.

No segundo item, Travessias da zona leste, o que está previsto...

O SR. PAULO FIORILO – Nesse primeiro item, onde há a identificação de comunidade protegida, a expectativa de investimento, por parte do Ministério, é de quanto?

R – Quatorze milhões e 800 mil.

No segundo item, há a Travessia de Linhas Férreas na zona leste. Há dois acessos para travessias para trens da CPTM na região de São Miguel Paulista, entre o Viaduto Santos Dumont e o Córrego Três Pontes. Isso já estava previsto inclusive no Plano Diretor. Melhor ainda, está em consonância com o Plano Diretor, que prevê melhoria naquela área, desenvolvendo o centro de São Miguel. Essa obra insere-se nesse contexto.

Então, o acesso subterrâneo seria adjacente ao terminal de ônibus de São Miguel e a passarela ligando as Ruas Pedroso da Silva e Imirim. A verba prevista é 1,5 milhão de reais.

O terceiro item, para Melhoramentos Cicloviários, há uma verba prevista de 11 milhões e 900 mil. Pode já ter havido um pequeno reajuste sobre esse valor, por conta da

correção.

Há ciclovias, ciclovias, tráfego compartilhado e bicicletário, com 2.000 vagas, na região da zona leste.

P – Especificamente, onde?

R – Na Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó e Parelheiros.

O Ministério das Cidades aprovou basicamente, como frisei, a zona leste. Como a verba envolvida é bastante generosa e a Prefeitura tem contrapartida, nossa expectativa é ampliarmos isso.

P – Há três itens: Comunidade Protegida, Travessia de Linhas Férreas e Ciclovias.

R – Quanto às ciclovias, o apoio do Governo Federal a essas medidas tem recebido inclusive aplausos da comunidade internacional. Já recebi, na Secretaria, uma delegação, um grupo de cidades, as 40 maiores do mundo, que têm estudado ações de benefício do clima, o C-40, que tem patrocínio da fundação Clinton. Eles estão muito felizes com essa situação, e elogiando, a nível internacional, iniciativas da cidade de São Paulo na área de ciclovias.

P – O primeiro é 14 milhões e 800 mil, para Comunidade Protegida. O segundo é um milhão de meio, e o terceiro é 11 milhões e 900 mil.

V.Exa. fez uma observação, que isso pode ter sido já corrigido e ampliado. Essa correção está prevista na proposta apresentada? O Ministério Público identificou qual índice houve?

R – Os projetos foram apresentados em 2005. Então, o próprio Banco do Brasil está fazendo uma atualização. É uma pequena variação do valor.

P – V.Exa. sabe nos informar qual é o índice?

R – Não.

P – A última questão é com relação à contrapartida da Prefeitura. Qual é a expectativa?

R – A expectativa de contrapartida é de 2,5 milhões.

P – Esse valor é a contrapartida exigida pelo Ministério. Esse é o valor que será efetivamente gasto, ou a Prefeitura pretende – já que são projetos importantes – investir além dos 2,5?

R – Esse investimento além certamente será possível, mas, como está vinculado ao projeto maior, todo esse empréstimo já foi oferecido, tendo em vista a excelência dos projetos apresentados. Foram aprovados, e houve disputa entre várias cidades do Brasil.

Esses projetos foram aprovados inicialmente. Há uma expectativa. Se houver maior colocação de recursos e negociação com o Ministério das Cidades, podemos certamente obter aprovação deles para outros projetos, além desses.

P – Nesses projetos, a expectativa de contrapartida é de 2,5. Nesses projetos, há possibilidade de a Prefeitura aplicar mais do que os 2,5, em função da importância ou da necessidade de ampliá-los?

R – Certamente há possibilidade.

P – Isso não está dado ainda? Não há nenhum estudo nesse sentido?

R – Não.

P – Os valores destinados tanto do Ministério quanto da contrapartida são suficientes?

R – São.

O SR. PAULO FIORILO – Para executar os projetos estabelecidos?

O SR. CÉSAR MECCHI MORALES – Perfeitamente suficientes e creio até que possa haver uma sobra que viabilize acréscimos que nós poderemos sugerir. É precipitado agora. Como já houve a aprovação desse pacote...

O SR. PAULO FIORILO – Entendi. Só uma última dúvida. Exceto nas ciclovias, nos outros dois,... As intervenções ocorrem na Leste. Nas ciclovias, existem duas outras regiões que o senhor citou aqui. Da Leste, o senhor falou em Cidade Tiradentes e Ermelino.

R – Sim.

P – Das duas outras regiões, Freguesia do Ó e Parelheiros. Confere?

R – Sim.

P - Na Leste, a idéia de investir em Cidade Tiradentes e Ermelino teve algum tipo de estudo?

R – Ah, sim. Todos esses projetos foram bastante estudados, porque estão vinculados à questão dos terminais. A idéia não é ciclovias isolada do restante do sistema de transporte.

P – Certo.

R – Ao sistema de trens, bicicletários em estação de trem.

P – Nesse estudo não houve nenhuma preocupação das ciclovias com a outra Leste, como, por exemplo, São Mateus, Vila Prudente, onde existe espaço e há possibilidade? Esse estudo não foi...?

R – Não. Inclusive, Vereador, em Ermelino há uma dificuldade de uma definição melhor das linhas férreas. É por isso que há uma certa fluidez do projeto, porque falta uma melhor definição do projeto das linhas férreas, e o bicicletário tem que estar conjugado a isso.

P – Tenho uma última questão com relação a Parelheiros. O senhor tem exatamente o traçado, qual é a proposta para Parelheiros?

R – A proposta, como eu lhe disse, está quase que no nível do desejo ainda, mas na zona rural, de ocupação mais rarefeita, distância de cerca de 40km do centro, porque lá a população utiliza muito a bicicleta para acesso aos terminais de ônibus; e está vinculada também à questão da proteção ambiental. Mas eu não tenho aqui, comigo, o traçado.

P – O senhor conhece aquela região?

R – Não.

P – Eu e o Vereador José Police Neto – tenho certeza – somos conhecedores daquela região. Em que pese eu tenha atuado mais na Leste, tenho a oportunidade de visitá-la freqüentemente. Há uma reclamação constante dos moradores da, aspas, ciclovias que foi

construída naquela região pela subprefeitura. São alguns quilômetros, por isso estou perguntando se o senhor conhece. Porque, na realidade, eles segregaram uma parte da pista com blocos, com tijolos, e há uma iluminação muito grande, porque a iluminação é precária e o risco de acidentes é extremamente alto. Por isso eu perguntei ao senhor do traçado, para saber se a proposta é a construção da ciclovia naquela área em que a subprefeitura fez uma intervenção no ano passado, no ano retrasado... Não sei se o Vereador tem a data exata.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – A intervenção da subprefeitura foi feita de fevereiro a junho do ano passado. A entrega, se não me engano, da primeira fase foi ainda no primeiro trimestre de 2006 e a da segunda fase, no final do primeiro semestre.

O SR. PAULO FIORILO – Na realidade, deve ser exatamente a área descrita, porque é área rural, distante do centro e é o caminho que vai o bairro conhecido como Cratera, ou como Vargem Grande, Estrada de Marsilac. Então, depois, se a Secretaria pudesse informar... Até para que a gente tivesse a possibilidade de dialogar em especial com aqueles que reclamam dessa intervenção inicial. Muito obrigado.

R – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Consulto a secretaria se há inscritos. (Pausa) Quero registrar a presença do Vereador Atila Russomanno e agradecer a representação da Secretaria de Transportes, do Secretário Adjunto, que veio nos trazer as informações a esta que é a segunda audiência pública ao projeto. E faculto-lhe a palavra para o encerramento do seu pronunciamento nesta Casa.

R – Quero reiterar o agradecimento ao convite, aos nobres Vereadores desta Comissão, ao Sr. Presidente. Creio que seja um projeto de grande interesse para a Cidade. Não é uma obra faraônica, muito pelo contrário: são pequenas obras que atingem o cidadão na sua vida diária e na concretização daquele direito fundamental de locomoção, que, muitas vezes, é obstado por pequenas dificuldades que podem ser resolvidas com essas intervenções

pontuais. O projeto recebeu aplausos do Ministério das Cidades. Como eu disse, a cidade de São Paulo concorreu com todos os municípios brasileiros e recebeu uma parcela bastante expressiva; quase 20% do valor total destinado ao País está sendo oferecido à cidade de São Paulo. Isso basta para indicar, para provar que os projetos foram muito bem considerados pela autoridade federal. Enfim, reitero nossa expectativa de que essa matéria mereça a análise dos nobres Vereadores. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Antes de dar por encerrada, uma última questão que nos parece bastante importante é que, normalmente, os compromissos com o Governo Federal, principalmente aqueles lastreados por empréstimos das instituições financeiras federais, têm prazo de duração. Então, o compromisso precisa ser estabelecido até tal prazo para que o Município, este solicitante, ingresse no programa. A pergunta que faço é: qual o tempo de que dispõe o Município para ter a lei aprovada, toda formalização necessária para poder recepcionar esse recurso? Na última audiência pública que tivemos, a Secretaria nos trouxe a informação de que parte desse recurso advém de contrapartida também da CID (?). Essa foi a modalidade encontrada para garantir que o município de São Paulo não incorresse em crime de responsabilidade fiscal por conta de estarmos ainda muito acima do teto de endividamento. A questão é: qual o tempo que temos para não só aprovar, sancionar o projeto, mas, também, para todas as medidas acessórias pertinentes à assinatura desse compromisso com o Banco do Brasil por meio de um programa da Secretaria do Ministério das Cidades.

R – A questão do nível de endividamento, pelo que estou informado, já foi solucionada. E a questão do prazo, realmente muito importante: esse prazo havia sido fixado em portaria do Ministro das Cidades para o dia 31 de agosto. Foi solicitada uma prorrogação e ela foi concedida por uma nova portaria. Antes do término, o prazo foi prorrogado para 31 de dezembro.

P – Muito obrigado. Vou suspender nossos trabalhos por um minuto, para

podermos recompor a Mesa.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Para compor a Mesa, chamo a Sra. Rita de Cássia, representante da Secretaria Municipal de Educação, para abordar o projeto de lei 586/2007, que dá nova redação aos artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 14.063, de 14 de outubro de 2005, que institui o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede de Ensino de São Paulo, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Da mesma forma como nas outras audiências públicas, passaremos a palavra à representante do Executivo. Nossa secretaria já está à disposição daqueles que nos acompanham, para inscrições daqueles que queiram fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Sra. Rita de Cássia. Após, aos Vereadores. E, por último, aos que se inscreverem.

A SRA. RITA DE CÁSSIA – Obrigada, Vereador Netinho, Vereador Paulo Fiorilo, Vereador Átila. Obrigada pela oportunidade. Esta lei, na verdade, veio a agregar um valor bastante grande para a rede municipal. Porque foi uma forma de nós avaliarmos como está a rede em São Paulo. É uma rede enorme, com mais de 1 milhão de alunos, mais de 1,3 escolas. Não é algo simples de você avaliar e analisar. Então, ela veio justamente para agregar valor ao trabalho que está sendo feito. Ele está sendo bom? Está atingindo seus objetivos? Então, com isso, conseguimos saber como a rede está se comportando, como eles estão se saindo, e fazer as correções necessárias para que nossos alunos fiquem cada vez melhores. Ela está sendo realizada pela primeira vez agora. Ontem começaram as provas, e a continuação, amanhã. Estamos pedindo algumas alterações, na verdade, algumas correções a esta lei, à 14.063.

Com referência ao artigo 2º, entendemos que não há necessidade de se avaliar todas as séries, tanto do ensino fundamental quanto do médio. Se você fizer, como estamos fazendo neste ano, com séries intercaladas, você consegue já ter uma boa noção de onde

estão os problemas, sem ter financeiramente um gasto enorme. Não há necessidade disso. Então, estamos pedindo para que se altere essa redação.

No caso do artigo 3º, ele coloca na lei que a avaliação ocorrerá uma vez por ano, na segunda quinzena do mês de junho. É um tempo muito curto, se você for pensar. O aluno vem de férias, você tem um período de três, quatro meses – se tanto – para trabalhar com o aluno, para ele fazer uma avaliação e você avaliar o desempenho dele. Todas as outras provas do País se realizam mais para o final do ano letivo. Então, o que a gente está pedindo, na verdade, é que se iguale. Ao invés de fazermos no meio do ano, fazermos como todas as outras avaliações do País: no final do ano letivo, como estão sendo realizadas agora a Prova São Paulo e a Prova Brasil.

No caso do artigo 4º e da supressão do 5º, na verdade, a gente está unificando esses dois artigos e fazendo uma correção. Porque a implementação, para que haja o sucesso desse projeto, independente do alcance, da abrangência e tudo o mais, precisa realmente de um gerenciamento e uma coordenação integrados. Por isso que SME está pedindo a implementação desse sistema, que seja de responsabilidade da assessoria técnica e de planejamento. Que, aliás, é um órgão que existe dentro da Secretaria da Educação, responsável justamente por isso: planejar e executar.

Independente disso, claro que a presença de DOT, que é a Diretoria de Orientação Técnica, a parte pedagógica, mais as coordenadorias, é extremamente importante, porque fazem um trabalho integrado, mas sob a coordenação de ATP, e não de DOT, como está sendo colocado. É isso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradecer as palavras iniciais da Sra. Rita de Cássia que representa aqui a Secretaria Municipal de Educação.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, pela oportunidade aproveitar a presença da Rita, a rede promoveu a primeira avaliação e deve envolver alunos....



A SRA. RITA - Começou ontem e termina amanhã, envolvendo alunos de 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries nas áreas de português e matemática. É o que está ocorrendo agora.

P - E o que vocês estão sugerindo a inclusão de outras áreas de avaliação: História, Geografia.

R - Na verdade, a intenção é de que o ano que vem fazer as áreas de história, geografia e ciências, para podemos avaliar como está sendo também essa aprendizagem. E o que estamos sugerindo...

P - Isso para o Ensino Fundamental.

R - Fundamental e Médio. Estamos falando como se fosse uma rede única. Na lei eles colocam todas as séries, tanto do Fundamental, quanto Médio. Entendemos de que não há necessidade de fazer a prova em todas as séries. Podemos fazer intercalados como estamos fazendo: 2ª, 4ª, 6ª e 8ª.

P - Perguntei de Ensino Médio, porque me parece que no caso de Ensino Médio vocês estão incluindo química, física e biologia. São os que diferenciam. Há uma avaliação da Prefeitura do Município de São Paulo, mesmo que ainda é inicial ou muito insipiente nesse processo que se iniciou ontem, por exemplo, eu li nos jornais de hoje, declarações: não a prova é fácil. Como a Secretaria tem trabalhado essa questão da avaliação?

R - Seguimos muito o estilo da Prova Brasil. Foram feitas as matrizes de avaliação. Essas matrizes foram para a rede e 150 professores: 75 de matemática, 75 de português avaliaram essas matrizes, trabalharam junto com ela, elas voltaram para a Secretaria. Isso foi distribuído para os professores. O objeto não fazer uma prova difícil. Não é isso. Queremos avaliar o grau de conhecimento do aluno. O que ele consegue fazer? Muitas vezes ele consegue fazer conta, mas não sabe aplicar essa conta dentro de um problema, por exemplo. Onde é que estão as falhas? Descoberto essas falhas, o que temos de fazer? Temos de capacitar o professor para que ele tenha habilidade para suprimir essas falhas nos alunos. Muitas vezes se propõe cursos para os professores que não tem a ver com o problema que a

rede está passando. É uma grande avaliação que tem de ser feita, independente só da prova foi feito um questionário para os pais dos alunos. O que precisamos saber? Que problemas que essa criança tem em casa? Ela tem horário de estudo, por exemplo? Como que o pai se integra nos estudos do filho. Tudo isso é necessário para fazermos uma avaliação como é o relacionamento da família com a criança, e da família com a escola. Isso é fundamental para o desenvolvimento educacional e pedagógico da criança. É uma avaliação bastante ampla que estamos procurando obter com essa prova.

P - Aqui no artigo 3º que vocês estão propondo que a avaliação ocorrerá há cada dois anos, mas podendo ser aplicada anualmente a critério da administração. Apenas para entender esse conceito do “a critério da administração”, avaliação que é melhor a prova a ser aplicada a cada dois anos, ou aplicação não poderia ajudar tanto na descoberta das falhas como na correção e no aperfeiçoamento dos profissionais.

R - Quando está se propondo biênio, na verdade, é intercalar as matérias. Este ano está fazendo matemática e português, o ano que vem vai para a parte de história, geografia e ciências. Se a administração seja ela qual for, entender que é importante fazer uma avaliação de todas essas matérias no mesmo ela pode optar por fazer. É nesse sentido, e quando pedimos para alterar a data, entendemos de que não tem sentido avaliar um aluno que está mal chegando na metade do seu período letivo, que é em junho, sendo que todas as outras provas serão efeito no final do ano, porque se avalia o ano letivo não a parte dele, por isso que a gente pede essa alteração de data.

P - Aqui a expectativa de vocês, é que essa avaliação que vocês estão realizando agora, seja divulgada quando?

R - Começo do ano?

P - Ano de 2008. E aqui vocês estão propondo que ela tenha uma ampla divulgação resultado aos alunos, pais, educadores de cada unidade escolar...

R - Isso.



P - Essa divulgação do resultado aos alunos, pais, educadores de cada unidade escolar. Essa divulgação será dada aos órgãos de imprensa, todo mundo. Como é que vocês estão pensando?

R - O que a administração entende que primeiro de tudo, que se entenda que não é para fazer um ranking entre as escolas, entre o professor... Ah, porque sou melhor professor. Isso não tem a ver. Na verdade para a escola se auto-avaliar. Olha, a gente está com problemas nessa série, nessa matéria, neste aspecto, como podemos melhorar? É óbvio que a imprensa vai ter acesso a isso, porque senão não temos um País, democrático, as pessoas precisam ter esse retorno. Mas em momento algum será passada por parte da Secretaria, a idéia de ranking, essa escola é muito melhor que aquela, porque os professores são melhores... A idéia não é essa. É de fazer uma auto-avaliação onde que a Secretaria pode melhorar, onde a escola pode melhorar, onde o professor pode melhorar.

P - Com relação ao questionário dos pais. Que tipo de tratamento a Prefeitura do Município de São Paulo ou a Secretaria está pensando a partir de tabular, diagnosticar as falhas. Existe alguma intenção da Prefeitura do Município de São Paulo para tratar disso também com relação aos pais?

R - Precisa. É necessário.

P - Que tipo de ações que vocês estão pensando?

R - Quando retornarem os questionários junto com as provas, vamos conseguir avaliar. Bem, essa escola, o desempenho dela não foi tão bom quanto dos outros. Não é ruim. Além desse problema, vamos fazer um levantamento das famílias que são integradas a essa escola. Quais os problemas que se percebe mais nas famílias? Falta de emprego, doença que tem na família. A criança fica sozinha em casa? Qual o relacionamento desse espaço com essa criança? Como é que a escola vai poder trabalhar essa família? Trazê-la para dentro da escola e se integrar mais com a criança e com a escola, é esse tratamento que estamos querendo dar.

P - A Secretaria pensa em cruzar a avaliação questionário dos pais, como por



exemplo, os programas que são disponibilizados: renda mínima...

R - É essencial.

P - Por me parece que isso poderia ajudar muito a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento focar onde há o problema concreto com os alunos.

R - Com certeza, está se pensando, exatamente nisso. Porque muitas vezes você trabalha bastante numa região e de repente, você percebe que a outra também é tão necessitada quanto. Você consegue adaptar melhor esse programa.

P - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero fazer um questionamento em cima do projeto, mas também em cima de outra matéria que acordamos aqui na Casa. Durante os últimos dois meses, a Comissão de Educação vem discutindo a reformulação do conselho municipal de recepção do Fundepe. A primeira audiência pública do Fundepe foi realizada pela Comissão de Finanças e Orçamento, naquela audiência foi solicitada que as demais reuniões acontecessem na comissão de Educação, como naquela ocasião a maior preocupação que os parlamentares que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento, que Município de São Paulo, não perdessem nenhum dos recursos advindo do Governo Federal, por conta da implantação do Fundebe, na substituição do Fundefe, a Secretaria de Educação junto com a Comissão de Educação da Casa, chegou a um texto que permita a Casa deliberar essa matéria e a cidade de São Paulo, não correr risco quanto a recepção de recursos originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico.

R - Já. Se não me falha a memória foram três audiências públicas realizadas na Comissão de Educação. A Secretaria sentou com representantes de todos os parlamentares da Comissão de Educação, onde apresentou um substitutivo, com o relator Vereador Beto Custódio. Sentamos em cima do substitutivo, fizemos conjuntamente as adaptações que tanto a Secretaria quanto esses representantes entenderam que seria importante. Já foi para votação da Comissão de Educação, e já foi para frente.

P - Agradecer essa informação. Há mais algum inscrito. (Pausa) Com a palavra a Sra. Helena, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

A SRA. HELENA - Falo como educadora. Sabemos por dados de pesquisa que o retorno dos questionários escritos, são uma porção muito de minuta, o pessoal calcula 10%, no máximo 20% em relação, aos que são encaminhados de retorno. Penso nos pais que não tem o domínio da escrita, se não seria importante avaliar possivelmente esse auto índice não retorno e buscar outra estratégia para atingi-los. É só uma idéia.

A SRA..RITA - Isso já foi pensado e feito. Porque inclusive a própria escola disponibilizou funcionários para que ajudassem os pais a preencher o questionário. Justamente para não haver perdas. Talvez, naquela que não entregou esteja um problema muito importante.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Há mais alguém que deseja fazer uso da palavra? (Pausa) Não havendo. Passo a palavra a Sra. Rita de Cássia para as considerações finais.

A SRA. RITA DE CÁSSIA - Quero agradecer a oportunidade de colocarmos essas alterações. É importante para a cidade de São Paulo e para a rede o resultado dessa prova. Estamos numa expectativa muito grande, porque acho que vai facilitar você focar um trabalho adequado para a educação, porque senão parece que você fica dando tiro para todos os lados e quem sabe, um outro tiro, atinja e não pode. A educação não pode ser tratada dessa forma.

A educação tem de ser apolítica, não tem de, em momento algum, fazer parte de programa de governo, tem de ser um contínuo. E é isso que procuramos fazer, um trabalho para que a próxima gestão, seja ela qual for, prossiga com o que já foi iniciado.

As pessoas já estão cansadas de, a cada quatro anos, serem obrigadas a refazer seus trabalhos. Não pode acontecer isso. A educação é um contínuo. Acho que essa prova agregará um valor muito grande para um trabalho mais focado ano que vem, e espero que seja, cada vez mais, um trabalho voltado para criança.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradeço à Rita, que tem tido uma presença efetiva nesta Casa; à Secretaria de Educação, que na sua representação sempre está presente.

Suspendo os trabalhos por um minuto para que possamos dar início a uma nova matéria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Vamos reabrir os nossos trabalhos. Convido para compor a Mesa o representante da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, Dr. Paulo Brandão.

Realizaremos, neste momento, audiência pública ao Projeto de Lei 642/07, que confere nova redação ao artigo 19 e parágrafo 5º do artigo 20, bem como revoga o parágrafo único do artigo 23 e seu anexo 3º, todos da lei 13. 271, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial, alterada pela lei 13. 861, de 29 de junho de 2004.

Da mesma forma como nas outras audiências, quero deixar a secretaria da Comissão à disposição daqueles que nos acompanham para fazer a inscrição para pronunciamento e debate.

Passo a palavra ao representante da Secretaria de Saúde para que faça a exposição da matéria, visto que essa é a primeira audiência pública. Tem a palavra o Dr. Paulo Brandão para a exposição inicial.

O SR. PAULO BRANDÃO - Bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa, nobre Vereador Netinho, nobre Vereador Russomanno, estou aqui como assessor parlamentar da Secretaria Municipal de Saúde.

No entendimento do Executivo, com a Secretaria de Gestão e a Secretaria



Municipal de Saúde, tendo em vista como se dispõe a atual lei municipal em relação às autarquias, seria de suma importância que essas se tornassem uma só, autarquia gerenciadora de todos os hospitais e pronto-socorros da cidade de São Paulo, e também uma autarquia representativa de gestão dos recursos humanos.

É de suma importância, tanto para o Executivo quanto para a Secretaria Municipal de Saúde, que esse projeto de lei seja regulamentado.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero questionar o nosso representante se há por parte da Secretaria já algum estudo de procedimentos e o prazo para a Secretaria já buscar os resultados que objetivam a matéria, a gestão unificada das unidades hospitalares do município. Já existe prazo, expectativa?

R - Já, já há um estudo conjunto com a Secretaria de Gestão nesse sentido. Em relação ao prazo, não posso afirmar nada, mas já existe um estudo há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero questionar a Secretaria se há inscrições. Não.

Antes de dar por encerrada essa etapa, devolvo a palavra ao Dr. Paulo Brandão para que faça sua exposição final, depois do que suspenderemos nossos trabalhos para reabertura com nova matéria, atinente ao projeto de lei número 746/07, que dispõe sobre o programa de incentivo seletivo para regiões da zona leste do município de São Paulo.

Tem a palavra o Dr. Paulo Brandão para encerramento.

O SR. PAULO BRANDÃO - Gostaria de agradecer ao nobre Vereador Netinho, ao nobre Vereador Russomanno e a todos os presentes pela atenção à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria de Gestão em relação a esse projeto do Executivo.

Estaremos sempre à disposição desta Mesa para qualquer informação e esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradeço ao Dr. Paulo

Brandão, representante da Secretaria de Saúde.

Suspendo os trabalhos por um minuto para recompor a Mesa, agora com os representantes do gabinete do Prefeito, que elaborou o projeto de lei 746.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Netinho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Chamamos para compor a Mesa o representante do gabinete do Prefeito, Sr. José Alexandre, do Comitê de Desenvolvimento.

Quero informar a todos que nos acompanham que realizaremos neste momento audiência pública ao projeto de lei 746/07, que dispõe sobre o programa de incentivo seletivo para regiões da zona Leste de São Paulo, projeto encaminhado no último dia 24 de outubro de 2007, publicado no Diário Oficial do município no dia 25 de outubro.

Lembro que essa matéria vem sendo abordada por Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste, que tem como o seu condutor, o Vereador Paulo Fiorilo, aqui se encontra; lembrando também que, na tarde e noite do dia de ontem, esse Fórum desenvolveu diversos debates, não só com a representação executiva, como também com muitos daqueles que vêm participando do Fórum.

Quero inicialmente passar a palavra ao representante do Gabinete do Prefeito, José Alexandre, para que faça as considerações iniciais da matéria.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - Sr. Presidente da Comissão, demais membros, senhoras e senhores, o diagnóstico da zona Leste de São Paulo, como é do conhecimento de toda população, principalmente das lideranças populares, das diretrizes políticas, é um diagnóstico negativo no seu resultado de desemprego, e de índice de vulnerabilidade.

Temos uma região populosa, com mais de quatro milhões de habitantes, com um índice de desemprego que ultrapassa 20% da população economicamente ativa. Mesmo as pessoas, os habitantes daquela região trabalham, normalmente o fazem fora da zona Leste,

havendo necessidade de acesso ao transporte público, num número muito elevado – são milhões de viagens de ida e volta, todos os dias, causando prejuízo não só aos habitantes, aos trabalhadores que conseguem emprego em outros bairros que não aqueles da zona Leste, como também ao próprio serviço público que se sente pressionado nos horários de pico.

Ciente dessa realidade, o Sr. Prefeito Municipal, Engenheiro Gilberto Kassab, incumbiu um grupo de trabalho, coordenado pelo Sr. Secretário de Planejamento Manoelito Magalhães de definir algumas ações, para começar a enfrentar esse problema.

Então, estão sendo executadas ações na área de capacitação, com a atração de unidades do SENAI e da Fatec para aquela região, principalmente para aquela região de Itaquera, próximo ao terminal do metrô; temos melhoria no viário, principalmente na Jacupêssego, que vai se tornar um dos vetores de desenvolvimento daquela região. Também temos algumas ações embrionárias já, junto à Universidade de São Paulo, que instalou um campus importante na zona Leste, que também pode começar a apoiar algumas ações positivas nesse sentido.

Mas havia necessidade de o Município definir uma política para a atração de novos investimentos e criação de novos postos de trabalho. E é exatamente esse instrumento que está em discussão nesta Casa; é esse instrumento que está aqui para ser discutido, para ser conhecido, para ser aprimorado e para ser votado. Esse instrumento é muito importante, porque é uma sinalização do Poder Público Municipal de que a geração de emprego, a criação de empresas naquela região é bem-vinda, será recebida de braços abertos, mas não apenas com cafezinho e tapinha nas costas. Esse instrumento que está sendo discutido, esse projeto de lei, estabelece uma série de vantagens para as empresas vão se instalar na região, ou empresas que estejam nos distritos que são objeto da lei e queiram ampliar suas atividades, fazer uma reforma, comprar equipamentos ou qualquer outra iniciativa que leve ao desenvolvimento.

Estamos falando de concessão de descontos dos tributos municipais, que é onde o



Poder Público Municipal pode legislar; estamos falando de uma diminuição do IPTU para essas novas construções ou reformas; estamos falando de uma diminuição do ITBI, que é o imposto de transmissão de compra e venda de imóveis, que é importante, quando uma empresa vai se instalar numa nova região; e estamos falando também de uma demissão do Imposto Sobre Serviços, que é o imposto municipal recolhido pelas empresas prestadoras de serviço.

Além disso, o Município se dispõe, na forma de incentivos, a conceder um certificado para repor ao empresário que acreditar na zona Leste de São Paulo uma parte do seu investimento. No caso das empresas comerciais, pode chegar até 40% do total investido. E investimento é entendido pela Administração como custo de projeto, compra do terreno, reforma ou compra dos prédios e compra de equipamento. No caso das empresas industriais ou empresas prestadoras de serviço, esse certificado poderá alcançar até a importância de 60% da totalidade dos investimentos.

É um projeto, no nosso entender, robusto; é um instrumento que vai permitir ao Poder Público começar a fazer estudo, a identificar segmentos para atrair para aquela área; enfim, é um instrumento necessário para um primeiro passo, num efetivo projeto de desenvolvimento da zona Leste de São Paulo, que carece de um projeto conseqüente, de médio e longo prazo.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradecer a exposição inicial; passar imediatamente para o Vereador Paulo Fiorilo que atentamente escutava a exposição e lia o projeto apresentado a esta Casa, assim como a mensagem do Sr. Prefeito.

O SR. PAULO FIORILO – Muito obrigado, Sr. Presidente, aliás, não só eu, como eu e o senhor lemos e comentávamos o projeto.

Primeiro um registro, para que possamos ganhar tempo: na reunião de ontem da frente com a presença do Alexandre, do Nivaldo, tivemos a oportunidade de esclarecer algumas dúvidas e, tenho certeza de que, com a anuência do Líder do Governo nesta Casa,

poderemos elaborar as alterações que na noite de ontem me pareceram, primeiro, razoáveis e até no intuito de ajudar a corrigir as pequenas falhas ou as contradições existentes. Lembro o art. 2º quando fala de novas unidades, e, depois, quando o projeto trata de benefícios para as reformas e assim por diante. A segunda observação feita, na qual acho que existe concordância, exceto dos técnicos, é que não haverá remuneração a nenhum dos membros do Conselho. Aqui, na realidade, é precisar que é não só da sociedade civil, mas os membros do Conselho; acho que também por parte do Alexandre há concordância em explicitar essa questão. Fiz ressalva aos técnicos porque com eles discutimos em outro momento. Tentei, mas não teve jeito. (Manifestação fora do microfone) A terceira observação diz respeito, e aí sim existe a possibilidade de anuência do Líder, de buscarmos outras áreas, já que houve por parte da Prefeitura a intenção de trabalhar focos e não com a extensão toda, em que pese algumas dúvidas que queria trazer para o debate de todos. Em especial áreas em que as empresas já estão instaladas e não foi previsto nesse projeto. O Vereador Gilson não fez referência alguma na reunião de ontem, mas o Vereador Claudio Prado e eu fizemos, em especial, a terceira divisão, que é um problema mais grave em função de zoneamento que aí Sempla junto com o Comitê precisam se debruçar para ver se é possível buscar alguma saída.

Zé Alexandre, eu queria retomar algumas preocupações. Na realidade, tanto a experiência da nova luz, quanto a experiência acumulada de anos de trabalho nessa área, revelam que o incentivo fiscal é importante, pode atrair as empresas, mas necessita de outros aspectos nesse processo de desenvolvimento. Na minha opinião, acho que há uma concordância nisso, a questão do viário. Ontem, sentamos para discutir um pouco isso. A Jacupêssego pode ser um eixo importantíssimo, mas é necessário que se conclua a ligação sul com o ABC, o que facilitaria muito. Então, acho que, além do projeto de incentivos, além da conclusão da parte norte, nós aqui nesta Casa, junto com o Executivo, devemos destinar um tempo grande para viabilização da emenda de Brasília, para os recursos da parte sul e também para o início e conclusão das obras num tempo exíguo. Sei que depende de recurso federal,

depende do Estado, mas acho que é fundamental para que aquela região tenha, de fato, esse eixo, e também as obras previstas no entorno. Quem conhece a região sabe, às vezes a empresa está localizada numa área de difícil acesso, ou de ruas estreitas, ou que necessitam de obras para tornar o viário mais acessível e facilitar tanto a entrada como a saída. Por último, a questão da Educação. O Zé Alexandre fez referência, e ontem o Prefeito e o Governador inauguraram mais uma escola técnica, mas queria deixar aqui, não falei ontem, uma idéia que entendo pode ser útil, que é a tentativa de construirmos na zona Leste um grande pacto, buscando envolver FATEC, as experiências de formação profissional, não só essa do SENAI, mas diversas outras entidades que trabalham com formação profissional. Eu poderia citar a experiência do Tabor na área de informática, a experiência de mecânica lá no Carrãozinho, que tem um convênio com a Ford. Quer dizer, existem várias experiências pulverizadas que poderiam fazer parte de uma ação mais organizada, sistematizada de qualificação profissional. Eu sempre dou esse exemplo, um dos empresários do Parque São Lourenço, daquela área que está prevista no projeto de vocês disse o seguinte: "Eu prefiro pagar a formação do meu profissional para que ele vire um engenheiro mecânico, pessoal qualificado, do que contratar alguém da zona Sul, da zona Oeste, que tem de atravessar a Cidade no sentido contrário. Parece ser mais fácil contratar qualquer um, mas quando tem enchente ele não chega, quando tem greve ele não chega". Então, a idéia de atrair para aquela região universidades, não só como a USP Leste, mas pensar universidades que qualifiquem profissionais que vão poder trabalhar naquela região, na área plástica, química, em empresas que serão atraídas. Acho que esse tripé, que já havia sido discutido e implementado no Governo anterior, poderia, de novo, fazer parte desse esforço grande. E aí um passo importante deveria ser a aprovação do (palavra ininteligível) Conselho Estadual da Educação, da universidade na Cidade Tiradentes, onde já existe a escola técnica na área de Saúde, mas poderíamos dar um passo importante com a anuência do Conselho Estadual.

Voltando para o projeto, Alexandre, uma das questões iniciais do projeto foi reduzir

a área, antes aproximadamente de 100 quilômetros quadrados, uma área de incentivo muito grande, agora reduzida a 9,2 quilômetros quadrados. Nós não conversamos disso ontem, mas gostaria de saber se vocês têm algum estudo nesse sentido. Existe algum estudo de impacto o que significa essa redução principalmente para o mercado de terras naquela área?

O SR. ALEXANDRE – Bem, vamos tentar começar pelo ponto que eu considero mais importante, que é a questão do projeto integrado. A Administração entende, e não poderia ser diferente, que um projeto de desenvolvimento nos dias de hoje exige uma série de esforços. Não só você conseguir que as empresas tenham acesso a terra, mas também aos equipamentos, aos imóveis, mas a capacitação da mão-de-obra. Chego a dizer que o patrimônio de uma empresa é o seu quadro de pessoal capacitado e motivado. Então, a Administração entende que realmente um projeto de desenvolvimento para a zona Leste deva envolver capacitação profissional e instalação de unidades naquela região – para vocês terem uma idéia, a escola do Senai mais próxima fica aqui no começo na Vila Prudente, Vila Alpina, a dezenas de quilômetros da extremidade da zona Leste, de uma Cidade Tiradentes. E estamos levando agora, tanto uma unidade do Senai como uma unidade da Fatec para o pátio do Metrô Itaquera, para ficar exatamente próximo da população da zona Leste. Mas vamos além, um projeto de desenvolvimento nos dias de hoje, com a transformação econômica do Município de São Paulo, com a saída das indústrias tradicionais, metalúrgicas, siderúrgicas, têxteis, e o aparecimento de uma indústria de base tecnológica, há necessidade também de você incorporar no projeto de desenvolvimento a inovação tecnológica, com o envolvimento de pesquisadores, a formação de equipamentos de desenvolvimento de sistemas e desenvolvimento de produtos. Isso também a Administração pretende incorporar nesse projeto. Só que o projeto de lei é apenas um dos instrumentos que vamos utilizar para esse projeto maior do desenvolvimento da zona Leste. Mais ainda, há necessidade de que você, depois da aprovação do projeto de lei, faça um estudo conseqüente, um estudo, não digo da vocação do Município porque isso é um termo muito diluído, mas das possibilidades que nós temos

naquela região da implantação de uma indústria que vai permanecer lá, porque não podemos fazer um esforço para atrair um determinado tipo de indústria que não vai ficar no Município de São Paulo. Então, após a aprovação da lei, vamos nos reunir para tentar identificar alguns segmentos para serem beneficiados por essa legislação, vamos direcionar os cursos dessas unidades de capacitação para esses segmentos, para que os empresários, assim que chegarem na zona Leste, comecem a ter acesso a uma mão-de-obra capacitada. E vamos também tentar *linkar* o projeto à realidade atual da zona Leste. Por exemplo, o Vereador Paulo Fiorilo se referiu à questão do viário. O viário terá de fazer parte do nosso projeto, porque a logística é um dos fatores de competitividade da empresa. Então, se ela se instala e não tem como escoar os seus produtos, ela provavelmente não vai definir esse investimento. Realmente, a questão do viário, como a da capacitação são aspectos que fazem parte do todo desse projeto. Mas, cada coisa ao seu tempo e ao seu lugar. Temos de discutir de forma separada para que não haja confusões. Com relação aos bolsões, a Administração entendeu, por orientação dos técnicos e pesquisa, que há necessidade de você diminuir a área, porque você só consegue atrair novos investimentos se você tiver acesso a uma área urbanizada. Que a empresa tenha uma rua pavimentada, tenha acesso à infra-estrutura, energia elétrica, água e esgoto. E se deixarmos uma região muito diluída fica muito difícil conseguir recursos para operar toda a região. Então, a estratégia adotada foi de concentrar os esforços, tanto de atração de empresas, como de urbanização de uma área menor – e com certeza haverá o início da implantação de um projeto desse, porque um projeto de desenvolvimento, não vamos nos iludir, tem um prazo de maturação de 12 a 15 anos. Então, estamos dando os primeiros passos, só que, pela primeira vez, estamos fazendo um sistema ordenado, com planejamento de médio e de longo prazos e ao alcance de nossas possibilidades. Uma outra questão é a de ampliar para novas regiões dentro dessa mesma.

Temos de discutir e saber se a questão é apenas de zoneamento ou se há possibilidade de incorporar uma área e o quanto isso vai ter de impacto. É uma questão que



tem de ser mais bem estudada, temos de levar para os técnicos, para os urbanistas do Executivo e trazer respostas. Mas naturalmente é um assunto que compete à Câmara Municipal levantar e debater.

Uma informação também que ontem acabamos deixando passar e hoje trago ao público é que essas duas áreas definidas como industriais - Itaquera e São Matheus - são áreas para as quais tivemos atração de projetos da lei anterior. Os poucos projetos que apareceram por coincidência vieram exatamente dessas duas regiões. Procuramos então ampliar para o eixo da Avenida Jacu-Pêssego que é vetor de desenvolvimento e para o bolsão do terminal do metrô Itaquera porque existem atividades, principalmente em relação a serviço de TI, *cal center* e *telemarketing* que teriam interesse em se instalar na zona Leste desde que sejam próximas de terminal do metrô. Isso orientou a área geográfica do projeto.

O SR. PAULO FIORILO – Zé Alexandre, do ponto de vista do impacto em relação ao mercado de terra, a Secretaria, o planejamento, vocês pensaram um pouco se isso pode ocorrer?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE – Paulo, você tem conhecimento pela participação no Executivo e como Vereador, etc, e eu como estudioso também do assunto, sei que o Município de São Paulo no seu desenvolvimento ocupou as fronteiras físicas. E de forma muitas vezes desordenada, com ocupações irregulares de manancial, quer dizer, o Município de São Paulo sofreu expansão e quando por vários motivos as empresas desocuparam economicamente, as empresas tradicionais começaram a sair do Município há 15, 18 anos causando o desemprego, temos hoje um mapa desorganizado. E um dos trabalhos de longo prazo é tentar organizar melhor esse mapa. Se uma grande montadora, por exemplo, procurasse hoje - eu falei isso para o Prefeito de São Paulo – com 250 milhões de dólares de investimento para criar cinco, seis mil empregos, não teríamos disponível um terreno para oferecer. Não temos, São Paulo está retaliada. Para atrairmos investimentos mesmo para essas duas áreas alvo vamos ter de usar os instrumentos que o poder público tem. Você oferece primeiro a possibilidade de a

empresa adquirir diretamente dos proprietários e não havendo possibilidade o poder público desapropriará para permitir a instalação de novos projetos. Isso está sendo feito na Nova Luz, e o poder público tem através de decretação de utilidade pública, de instrumento de desapropriação, tem condições de ordenar esse tipo de desenvolvimento.

O SR. PAULO FIORILO – Há preocupação da Prefeitura com a redução de acompanhar o que significa isso para o mercado imobiliário? Por exemplo, se de fato conseguirmos nessas cinco áreas atraírmos empresas para se instalar ou ampliar, significa que teremos valor mais alto do metro quadrado ali. Em que pese ser uma região mais carente e mais difícil, mas esse tipo de preocupação está pautado na Secretaria?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - Não, esse tipo de preocupação está pautado com o Executivo porque em todos os projetos de desenvolvimento, depois da aprovação da lei já se estabelece decreto de utilidade pública, pelo prazo de validade legal de cinco anos, para que o poder público tenha condições de exercer o seu poder de ordenar o desenvolvimento. Isso foi feito na Nova Luz e será feito na zona Leste. E isso também inibe a especulação.

O SR. PAULO FIORILO – Claro, isso é importante. Ontem você referência a uma proposta que está sendo discutida no Governo do estado, com o Secretário Luna, de utilização de determinados recursos para investimento. Você poderia retomar a informação? Você lembra do que eu estou falando? São certificados...

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - Perfeito. Isso é no âmbito da Secretaria da Fazenda, com o Secretário Mauro Ricardo. Como existia um início do projeto de desenvolvimento com o atual Governador e na época Prefeito de São Paulo, José Serra, ele como morador da cidade e ex-prefeito tem preocupação, e mesmo como Governador de São Paulo, com o Município que compreende quase 30% da população do Estado, um esforço. Realmente o Governo do Estado publicou decreto permitindo que as empresas exportadoras, sediadas no Estado de São Paulo e que tem crédito de ICM, porque quando se faz exportação você fica isento do ICMS, do tributo estadual. Mas como você adquire os tributos no Brasil algumas empresas

acabam ficando com crédito e não tem como utilizá-lo. Existe então a possibilidade desses créditos de ICM serem direcionados para esforços de re-qualificação e desenvolvimento. Esse decreto tem algumas especificações, engloba a parte física do investimento, a construção, não atinge equipamentos. Ele é pode alcançar até 75% do valor investido na parte física, e permite também que as empresas comprem os créditos no mercado e os utilize para pagamento do custo da construção, empreiteira, material, etc. É um esforço que vem se somar ao esforço da Prefeitura. Não tem a amplitude que pleiteávamos, mas ajuda nos projetos de re-qualificação. Vamos utilizá-lo inicialmente na região da Nova Luz e pretendemos utilizá-los na zona Leste.

Porém, uma das restrições do decreto é que a área abrangente do projeto não pode ultrapassar 1% da área do Município. Esse é um dado que os técnicos terão de levar em conta para a definição da área geográfica final de qualquer projeto de desenvolvimento no Município.

O SR. PAULO FIORILO – Tem aparte o Vereador Netinho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Deixa-me explorar um pouco a questão dos créditos de ICM porque mais de um setor além do exportador se credita. Quais são os setores? Setor de transporte de carga, de comercialização de combustíveis, agregados da construção civil. São setores que têm vinculação mais efetiva com o desenvolvimento sócio-econômico da cidade do que o setor que trabalha com importação e exportação. A pergunta que eu faço é: se essa limitação ao setor é por conta do crédito que o setor tem na sua individualidade ou por alguma outra questão que não o volume de crédito já consolidado junto aos detentores do crédito junto à administração do Estado?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - Na realidade, quando eu disse setor exportador é porque a maioria dos créditos acumulados é desse segmento porque é onde se estabelece a maior diferença entre o crédito na aquisição das empresas e a venda que é totalmente isenta. Mas todos os segmentos que acumulem créditos de ICMS, desde que o crédito seja reconhecido pela Secretaria da Fazenda, pode aderir à lei, pode vender os certificados para alguém interessado em projeto de desenvolvimento. Inclusive, não há necessidade da empresa



diretamente apresentar projeto. Ela pode vender o seu certificado, naturalmente com pequeno deságio, para um investidor que tenha seu projeto aprovado pela Prefeitura de São Paulo e depois o investidor coloca no mercado para alguém que necessite desse papel para pagamento de tributo. Quer dizer, havendo crédito pode comercializar certificado, independente do segmento a que pertença.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho - PSDB) – Uma última questão, apartando o Vereador Paulo Fiorilo, a utilização dos créditos além da limitação de 1% da área de abrangência está limitado a uma operação exclusiva da construção, é edificação?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE – É, o decreto foi publicado dessa forma. Não abrange a parte de equipamentos, que era nosso pleito também. Gostaríamos que essa possibilidade fosse para o projeto global, mas o Estado não só permite que o investidor, e vamos chamá-lo de “investidor imobiliário”, nesses termos porque vai comprar o terreno, construir ou reformar, como ainda limitou o valor a 75% desse montante investido. O decreto hoje é dessa forma.

O SR. PAULO FIORILO – Zé Alexandre, você tem o número do decreto?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE – Eu posso passar para você o decreto...

O SR. PAULO FIORILO - Por favor, para depois, junto com a assessoria do Vereador Police Neto, estudarmos com profundidade o impacto que isso pode ter em especial para o desenvolvimento da Leste, em que pese inicialmente vocês terem pensado na Nova Luz. Tenho certeza de que o passo seguinte é na zona Leste.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE – Estamos inicialmente utilizando na Nova Luz porque ela está em fase adiantada. Nós recebemos nos últimos dias as empresas que estão interessadas em lá se instalarem, que são em número de 24 ou 25. Com um volume de investimento de 750 milhões de reais e a criação de 27 mil novos empregos. Quer dizer, nunca São Paulo teve projeto de desenvolvimento, uma iniciativa com esse sucesso e nós queremos transferir essa experiência para a zona Leste. Naturalmente, no momento em que os projetos começarem a ser apresentados na zona Leste, vão poder se socorrer também dessa lei, que



não teve a amplitude que nós esperávamos, mas será um instrumento de ajuda para a implantação dos projetos.

O SR. PAULO FIORILO - Alexandre, só uma outra questão ainda ligada ao Estado e ao decreto a que você fez referência e explicou à comissão. Numa das reuniões da frente com o Secretário Francisco Luna nós sugerimos que o Estado pensasse de que forma interferir no desenvolvimento da região metropolitana, em especial do Leste da metrópole, pensando junto com a Prefeitura o desenvolvimento da zona Leste, mas também interferindo nas relações com Suzano, Poá, Ferraz, "Itaquá", que estão conurbados(?), para que o Estado tivesse a possibilidade de também ter uma ação concreta. Esse tipo de decreto ou as outras iniciativas são possíveis de serem pensadas? Por exemplo, focado no desenvolvimento da zona Leste, envolver o debate sobre a região metropolitana poderia também ser uma ajuda ou um auxílio importante tanto do ponto de vista da aplicação dos créditos como também da presença do Estado, e aí quem sabe também da União, que vai destinar recurso agora para a conclusão da parte Sul?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - Bom, realmente eu estava presente em algumas dessas discussões e isso teve frutos. Assim que o Governador José Serra se tornou efetivo no cargo, a Prefeitura de São Paulo encaminhou alguns pleitos. Um dos projetos em andamento que envolve o eixo da ferrovia que vai da Sé para Santos, passando por Pari, Mooca, Ipiranga, saindo do Município, nós já estamos em estudo avançado para a criação de um consórcio metropolitano, Estado e Município de São Paulo, de São Caetano, Santo André etc., são quatro ou cinco municípios, para estabelecer um grande eixo de desenvolvimento que pegaria o começo da zona Leste, mas que vem exatamente nessa direção de envolver vários municípios em torno de um objeto único que, naquele caso, são municípios lindeiros de uma ferrovia onde devemos fazer dois grandes projetos. Um, um expresso da CPTM que vai encurtar a ligação entre a Sé e o ABC em mais de vinte minutos; e uma outra possibilidade que é muito importante para o Município, é começar a trazer os contêineres de carga importada do porto de

Santos para o Município de São Paulo através do viés ferroviário, que é muito mais barato e tiraria um número muito grande de carretas da rua. Quando se substitui o transporte rodoviário pelo transporte ferroviário, está-se pensando a longo prazo em economizar em recapaeamento de asfalto, reforma de viadutos, reforma de pontes etc., além de um ganho de logística. As empresas trarão a um custo reduzido, melhorando a competitividade das empresas implantadas no Município de São Paulo. Agora, acho que há possibilidade desde que se identifiquem interesses comuns. É importante na zona Leste, por exemplo, a localização do Aeroporto de Guarulhos, com a ligação da Jacu-Pêssego será um dos pilares em que vamos basear esse projeto de desenvolvimento. É possível que empresas que recebem suas cargas por Guarulhos tenham interesse em se localizar naquela região e chegar ao Aeroporto ou sair do Aeroporto através da Jacu-Pêssego. Então, melhoram as possibilidades e talvez fosse importante envolver o próprio Município de Guarulhos nessa política.

O SR. PAULO FIORILO - Uma última questão, José Alexandre, até para explorar ao máximo sua presença aqui, diz respeito a essa questão que você já abordou, mas para aproveitar a presença do Líder do Governo, a ampliação de área não... especificamente onde há indústrias instaladas. Você já fez referência dizendo que isso cabe à Câmara etc. e tal, mas acho que nós tínhamos de trabalhar de forma articulada, até para que não tenha depois possibilidade de veto, mas que tenha a sanção pensando na ampliação, pensando nas (ininteligível). Então, eu queria deixar aqui na presença do Vereador José Police Neto essa preocupação externada pelos Vereadores Cláudio Prado, Paulo Fiorilo, Gilson Barreto e outros, para que buscássemos a ampliação focando nos nichos que já existem, até para que se possa desenvolver, ampliar e quem sabe construir esse projeto mais amplo num prazo de dez, doze, quinze anos.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE - É, eu não vejo dificuldade, muito pelo contrário. Nós estamos também sob a liderança do Vereador José Police Neto e como é um trabalho coletivo, naturalmente nós gostaríamos de ouvir os técnicos, principalmente da Secretaria de



Planejamento, os urbanistas, para saber se essa ampliação é positiva para o projeto, se ela é possível e se é o caminho também, porque às vezes se trata... Resolver esse problema é uma questão de incluir isso no novo estudo do Plano Diretor, no zoneamento etc. Agora, a formação desse grupo para chegarmos a algum resultado eu acho imprescindível e necessária, mesmo porque é uma preocupação de vários Vereadores e também das empresas instaladas no entorno, que parece que são em número expressivo.

O SR. PAULO FIORILO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Pergunto à secretaria se há inscrições para pronunciamento neste debate. (Pausa) Não havendo, quero agradecer a presença do José Alexandre, a participação do Vereador Paulo Fiorilo. Quero me colocar à disposição do gabinete do Prefeito para auxiliar, no que pudermos aqui na Casa, na tramitação dessa matéria.

Reconheço a necessidade de estudo aprofundado de outras áreas em que esse benefício possa recair. É uma questão muito objetiva. Se tínhamos até então uma área de quase 100km² e temos hoje uma de quase 10km², a busca e o reconhecimento de áreas que possam recepcionar essa oferta que o setor público faz para o desenvolvimento socioeconômico da região Leste, ela também tem de ser observada por aqueles que de lá vieram para representar aquela sociedade aqui, e o Vereador Paulo Fiorilo traz um pouco das informações daqueles parlamentares que vêm acompanhando com muita intensidade esse debate.

Mas quero lembrar também que a zona Leste é uma região que tem dois ou três pequenos bolsões de preservação ambiental, o que nos faz recorrer sempre à questão da sustentabilidade, lembrando que a APA do Iguatemi, a região de preservação do Carmo têm de ter nesse processo de desenvolvimento socioeconômico a preservação dessas áreas como foco de desenvolvimento continuado daquela região. Como até hoje foi possível uma boa preservação dessas áreas associada a um debate muito intenso com a comunidade local, a



sugestão é que estudemos novas áreas que possam recepcionar esse investimento de recurso público para desenvolvimento daquela área sempre preservando a distância desses bolsões de proteção ambiental tão necessários para a nossa sustentabilidade.

Quero agradecer a presença do José Alexandre, a presença dos Vereadores que debateram a matéria e desfazer a mesa para, em um minuto, retornarmos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Reabertos os trabalhos agradecendo a presença de todos e todas que vêm acompanhando os nossos debates. Entraremos agora nas audiências públicas das matérias de iniciativa dos parlamentares nesta Casa. Quero chamar a Dra. Nazeli, que representa neste momento o mandato do Vereador Goulart, para fazermos a primeira audiência pública ao PL 028/2007, de autoria do Vereador Goulart, que institui o programa Bom de Boca, a ser implantado em todas as creches, unidades de educação infantil e unidades de ensino fundamental na rede municipal de ensino, inclusive as conveniadas. Tem a palavra, Nazeli, e muito obrigado pela presença.

A SRA. NAZELI – Bom dia, Presidente. Bom dia, Vereador Paulo Fiorilo. De fato, o programa denominado Bom de Boca prevê a implantação em todas as creches, unidades de educação infantil de ensino fundamental e da rede municipal de ensino, inclusive das conveniadas, da distribuição gratuita de um kit de higiene bucal contendo fio dental, escova e dentífrico. O projeto prevê também campanhas periódicas que visem orientar sobre saúde e higiene bucal das crianças e dos educandos. O nobre Vereador Goulart propôs essa medida absolutamente preocupado com essa questão da higiene bucal e da falta de recursos das famílias, principalmente as de baixa renda, para suprir essa necessidade fundamental para o desenvolvimento da criança. É uma questão que vai muito além, porque está ligada ao próprio aprendizado. Uma criança que não faz a sua higiene bucal como medida preventiva não vai ter uma boa nutrição; não se nutrindo, também não consegue aprender. Como faz parte do Estatuto da Criança e das políticas públicas do nosso Município a assistência integral à



criança, ele entende que essa é uma medida preventiva que vai poupar aos cofres públicos muito dinheiro nas despesas com médicos, com dentistas, com repetência e até com evasão escolar, porque seria um investimento, não uma despesa, ter esse dinheiro, essa dotação orçamentária voltada para higiene bucal como medida preventiva. O valor eu não saberia quantificar, mas se a gente tomar por base os kits de material escolar que foram distribuídos, já foram por volta de dois milhões de kits. Olhando na Internet a gente percebe que tem kits de higiene bucal exatamente com essa configuração de creme dental, escova e dentífrico que sai a custo de mercado 60 centavos. Você imagine isso sendo comprado, sendo adquirido pela Prefeitura, como num processo licitatório, quanto esse preço pode ser baixado. Então 60 centavos por criança é muito dinheiro para uma família que ganha um salário mínimo, ou depende da bolsa família para sobreviver, mas para aquisição do município esse preço poderia chegar a 30 centavos e multiplicado 30 centavos por criança para garantir sua perfeita higiene e sua perfeita nutrição, conseqüentemente, seu perfeito aprendizado.

Então inicialmente eram as considerações que queria fazer em nome do Vereador Goulart e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer a Sra. Nazeli que aqui representa o mandato do Vereador Goulart.

Quero perguntar à nossa Secretaria se temos inscrições para debate esta matéria.
(Pausa). Não temos.

Quero agradecer a equipe que Assessora o Vereador Goulart, esta que é a primeira audiência pública desta matéria, lembrando que todas as matérias que hoje participam da sua audiência pública vão requerer uma segunda oportunidade em nova audiência pública.

Quero chamar neste momento a Carina, que representa o mandato do Vereador Donato para fazer as exposições iniciais de dois Projetos de lei, Projeto de lei 40/2007, que concede a remissão do IPTU, Impostos Predial e Territorial Urbano, para imóveis ocupados por empresa que tenha que alterar seu anúncio indicativo regulamentado nos termos da Lei



municipal 13.525, de 2003, para cumprir as disposições da Lei 14.223, de 2006, de 26 de setembro de 2006, e o Projeto de lei 146/2006, também de autoria do Vereador Donato, que dispõe sobre a concessão de desconto no valor do IPTU para imóvel que faça frente para local de feira livre ou tenha ponto de parada de ônibus instalado em sua calçada. Lembro que esta segunda matéria é objeto de segunda audiência pública.

Antes de passar a palavra para a Carina, que representa o mandato do Vereador Donato, quero transferir a transferência dos nossos trabalhos ao Vereador Paulo Fiorilo que vai conduzir os nossos trabalhos até seu encerramento.

Muito obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, pela presença e pela condução dos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço o nobre Vereador José Police Neto e passo imediatamente a palavra para a Assessora do Vereador Donato para argumentação sobre os dois projetos.

A SRA. CARINA - Bom dia todos. O primeiro projeto é o PL 40/07, que tem por objetivo conceder a remissão do IPTU para todos os imóveis ocupados por empresas que tenham seus anúncios indicativos alterados para atender as disposições da Lei 14.223/06, que tem como intuito manter equilibrada a paisagem urbana e assim restringe a publicidade no município de São Paulo. A remissão prevista neste projeto abrangerá apenas as empresas cujo faturamento anual esteja dentro do limite máximo estabelecido para o enquadramento do simples nacional, assim atingindo apenas as pequenas e micro empresas. Esse é o primeiro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Só uma pergunta, se a senhora pode ajudar a esclarecer uma dúvida deste Vereador. Eu li nos jornais há algum tempo que o Prefeito Gilberto Kassab teria se manifestado com uma idéia semelhante ou parecida do Vereador. A senhora pode esclarecer o fato?



A SRA. CARINA - Eu não tenho conhecimento.

O outro projeto é o PL 146/06, que tem por objetivo autorizar o desconto parcial no valor de 50% do IPTU para todos os imóveis localizados em vias ou lagradouros públicos onde são realizadas feiras livres ou que tenham ponto de parada de ônibus em sua calçada.

Essa medida visa compensar os proprietários da desvalorização desses imóveis que têm a instalação de feiras ou ponto de parada de ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Consulto a Assessoria se há algum inscrito para debater o projeto? (Pausa) Não havendo, agradeço a Assessora do Vereador Donato. Tendo alguma outra dúvida faremos a pergunta por escrito.

Muito obrigado.

O próximo é o PL do Vereador Abou Anni, PL 158/2005. Para falar sobre esse PL tem a palavra a Assessora Cristiani.

A SRA. CRISTIANE - Exmo. Sr. Presidente, Vereador Paulo Fiorilo, convidados aqui presentes na audiência pública, eu, Cristiane de França Ferreira, Assessora do Vereador Abou Anni, sustentarei as razões do Projeto de lei 158/2005, que dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa no transporte coletivo urbano de passageiros de São Paulo aos integrantes da Polícia Militar, bem como da Guarda Civil Metropolitana em trajes civis e dá outras providências.

- (Leitura)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Consulto a assessoria se há algum inscrito. Não havendo, agradeço, Sra. Cristiane. Muito obrigado.

Próximo projeto: PL 269/06, do Vereador Celso Jatene. Para falar sobre o projeto, convido o Sr. Ricardo Ferreira. O PL 269/06 dispõe sobre o incentivo à prática de atividades físicas e esportivas no Município de São Paulo e dá outras providências.

O SR. RICARDO FERREIRA - Bom dia, Vereador. Bom dia a todos os presentes. O projeto 269/06 do Vereador Celso Jatene visa conceder uma isenção de crédito no ISS



àquelas entidades que dão serviços de esporte, desde que elas, em contrapartida, prestem serviço à comunidade, às escolas públicas do Município, ou ofereçam em seus estabelecimentos bolsas de estudo de 5% do total das vagas de cada curso para alunos carentes.

O projeto encontra amparo legal, tanto que já passou na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa com parecer favorável. E em anexo foi, através de requerimento, colocado o impacto financeiro que causaria no orçamento, sendo posteriormente compensado com medidas no orçamento do Município do presente ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço ao Ricardo. Está inscrita para falar a Sra. Ana Maria Zufo, da Secretaria de Esportes, sobre o PL 269/06.

A SRA. ANA MARIA - Bom dia. Primeiro, uma solicitação como sempre é feito, todos os PLs costumam passar na Secretaria para que a gente possa responder por escrito, depois de uma análise dos vários departamentos da Secretaria. Porém, como foi dito, é uma renúncia fiscal do ISS aos prestadores de serviço de esporte, de atividade física, que a contrapartida pode ser não só os 5% das vagas da referida instituição, como também aulas gratuitas em espaços públicos. A minha dúvida é: eu não sei calcular se essa renúncia fiscal seria de fato paga nesta contrapartida. De forma geral, está dito lá que essa renúncia seria no montante de 800 mil reais. Agora eu não, uma Runner, quanto paga por mês de ISS para ela ter um desconto de 1 mil, 2 mil, 3 mil, 5 mil reais, e que ela estaria me dando uma contrapartida de quatro aulas semanais gratuitas numa praça. Isso compensa? Compensaria 5% das vagas dessa Runner que seria um montante de 100 vagas? Talvez fosse mais interessante.

Talvez seja objeto da regulamentação a fiscalização desta contrapartida. Eu vejo dificuldade na fiscalização de várias contrapartidas que o Município já tem. Então, é um fato que precisa ser realmente notado. Essas aulas gratuitas em locais públicos: lá está dito somente praças, parques, e ainda precisaria de uma permissão de uso do Município. Poderiam ser incluídos ali também os CEUs, os Clubes da Comunidade e os Clubes da Cidade, porque



talvez você tivesse então um controle maior do pagamento desta contrapartida.

Eu acho que de forma geral são essas as nossas dúvidas, algumas que talvez estivessem sendo esclarecidas na regulamentação do próprio projeto depois de decreto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK. Agradeço. Queria sugerir à assessoria que passe cópia à Secretaria de Esportes para fazer uma análise mais detalhada, até com as sugestões que foram apresentadas. Sugiro à assessoria do Vereador que também dialogue no intuito de ver como é possível ampliar os espaços ou áreas a serem utilizadas. Por favor, assessor.

O SR. ASSESSOR - A questão é que no projeto ele diz que as aulas gratuitas deveriam ser em espaços públicos, tais como... Então, aqui, onde ele cita praças, escolas, ele cita simplesmente em questão de exemplo. Ele coloca "tais como escolas, praças...". Então, a questão dos CEUs, a questão de clubes da escola, já estão contemplados dentro do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK. Consulto se há algum outro inscrito para debater esse projeto. Não havendo, agradeço tanto ao assessor do Vereador quanto à Sra. Ana.

O próximo PL 90/2003 é o PL do Vereador Toninho Paiva. O assessor Daniel, por favor. Eu queria que o senhor falasse sobre o PL 90/03 que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração de calendário anual para o plantio de árvores nas vias e logradouros públicos e dá outras providências.

O SR. DANIEL - Sou da assessoria do Vereador. O Vereador acha interessante esse projeto no sentido da questão ambiental, para poder ficar dentro de um plano anual. Seria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK. Consulto se há algum inscrito. Não havendo, agradeço ao Sr. Daniel.

O próximo é o PL 372/07 do Vereador Domingos Dissei que institui a Bolsa



Universitária Municipal em número a ser fixado pela Secretaria das Finanças mediante sistema compensatório de créditos tributários. Para falar sobre o projeto, o Dr. Areias, assessor do Vereador Domingos Dissei.

O SR. AREIAS - Bom dia. Sr. Presidente, Vereador Paulo Fiorilo, senhoras e senhores. No apanhado sobre esse projeto do Vereador Domingos Dissei, nós poderíamos dizer o seguinte: (leitura)

- É lido o seguinte:



O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço ao Dr. Areias. Consulto se há algum inscrito. Não havendo, agradeço mais uma vez ao assessor Dr. Areias.

Vamos passar ao PL 442/06 do Vereador Farhat: dispõe sobre a isenção do IPTU às viúvas pensionistas dos Guardas Civis Metropolitanos, os policiais militares, policiais civis e bombeiros mortos em serviços e residentes na cidade de São Paulo. É a segunda audiência pública. Para falar sobre o PL, o assessor Sr. Celso.

O SR. CELSO - Bom dia, Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes.

Este projeto de autoria do nobre Vereador Farhat constitui-se no reconhecimento, por parte da sociedade, por meio do Poder Público, ao trabalho e à dedicação de policiais civis e militares, guardas civis e bombeiros que perdem suas vidas no cumprimento do dever.

O projeto prevê que o imóvel cuja moradia seja de viúva ou companheiro de um desses militares, morto em serviço, e residente na cidade de São Paulo, terá direito à isenção do IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Há alguém para debater sobre esse projeto? (Pausa) Em não havendo, está realizada a audiência pública desse projeto de lei.

O próximo item é o PL 453, de autoria do nobre Vereador Edvaldo Estima. Torna obrigatória a película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do município.

Tem a palavra a Sra. Marlene Domingues.

A SRA. MARLENE DOMINGUES – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e senhores presentes, vou ler os objetivos do PL 453/07.

- É lido o seguinte: (Objetivos do PL 453/07)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Há mais alguém inscrito para falar sobre esse projeto? (Pausa) Em não havendo, está realizada a audiência pública a esse projeto.

O último item da pauta da reunião de hoje é o PL 753/05, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, Presidente Antonio Carlos Rodrigues. Dispõe sobre a oferta de horário escolar diferenciado aos alunos membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia, matriculados na Rede Municipal de Educação, e dá outras providências.

Tem a palavra o Pastor Jonas Amâncio, para falar sobre esse projeto.

O SR. JONAS AMÂNCIO – Bom dia a todos. A Igreja Adventista tem prestado um grande serviço à sociedade, ao longo de sua existência, principalmente na área educacional. Hoje, no município de São Paulo, conta com mais de 22 escolas, com número superior a 18 mil alunos atendidos. Todavia, na rede municipal e estadual, há inúmeros alunos.

Na nossa Igreja, os adventistas, em si, guardam o sábado, como diz a palavra de Deus, no livro de Êxodo, no capítulo 20, onde encontramos os 10 mandamentos. Guardamos o sábado, desde o pôr do sol da sexta-feira ao pôr do sol do sábado. Dentro do parâmetro legal da liberdade religiosa, temos tido amparo do Estado, do município e das leis que amparam a liberdade religiosa, e temos sido muito gratos por isso.

Todavia, alunos que estudam na rede municipal, no período da tarde, têm dificuldades para serem liberados antes do pôr do sol. Então, muitos fiéis da nossa igreja saem de sala de aula, recebendo faltas ou deixando de executarem provas, para cumprirem a guarda do sábado. Entendemos que devemos seguir essa orientação divina.

Para isso, estamos solicitando desta Casa entendimento e compreensão para esta posição, estudando uma possibilidade de esses alunos não serem prejudicados em salas de aula, ao cumprirem a idéia do que crêem, guardando o sábado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Há mais algum inscrito para debater sobre essa matéria? (Pausa) Em não havendo, considero realizada a audiência pública a esse projeto.



A íntegra desta audiência constará, nas notas taquigráficas, anexadas ao projetos.

Nada mais havendo a ser tratado, está encerrada esta audiência pública.

Segue na juntado Δ -, nesta data
Documento Δ - e papel de informação
Rubricado Δ - sob folha 0 - 56-86
Em 27, 11, 02

MJS
MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: WADIH MUTRAN

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22 de novembro de 2007

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Suspensão

folha nº 56 do
Processo nº 453/07
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651 mms



O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – Netinho) - Inicialmente agradeço a presença de todos. Declaro abertos os nossos trabalhos. Na qualidade de presidente circunstancial, para esta audiência pública, vamos dar início com as matérias propostas pelo Chefe do Executivo que precisam de tratamento e debate acerca das Finanças e Orçamento. Chamo para compor a mesa, representando a Secretaria de Finanças o Sr. Mário Apolar. Agradeço a presença da equipe que o acompanha. Convido o Luiz Rosan para a mesa e duas jovens auditoras fiscais Raquel Machado e Fernanda Brapo. Obrigado pela presença.

O primeiro projeto que iremos debater em audiência pública é o PL 718/07 que concede desconto no IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - para imóveis não residenciais que especifica cujas fachadas sejam adaptadas ou reformuladas para atender às normas estabelecidas na Lei 14.223 de 26 de setembro de 2006 a qual dispõe sobre o ordenamento dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo. Primeira audiência. Apresentamos a fórmula com que procedemos às nossas audiências públicas. Facultamos a palavra à Secretaria para que em até 20 minutos faça a apresentação do projeto. Depois abrimos a discussão para os vereadores que compõem a comissão ou aqueles que aqui nos acompanham e depois passamos para as inscrições daqueles que nos acompanham no plenário. Passo a palavra ao Dr. Mário Apolaro que fará a exposição inicial da matéria. Obrigado.

O SR. MÁRIO APOLARO - Obrigado. Bom dia a todos. Pretendo rapidamente apenas relatar os pontos principais desse projeto que tem como objetivo básico conceder uma espécie de prêmio aos empresários que conseguiram cumprir as determinações da lei, chamada Lei da Cidade Limpa, que deu certo, é só andarmos pela Cidade que podemos observar que realmente esta lei teve um mérito muito grande. Agora o Executivo pretende conceder uma espécie de ressarcimento aos custos que eventualmente essas empresas tiveram para adaptar suas fachadas. O que prevê a legislação é que seja concedido desconto

no IPTU para imóveis que já estejam adaptados ou que ainda se adaptem no prazo de até 90 dias da regulamentação da lei. Espera-se a aprovação, a sanção da lei, após a regulamentação, em um prazo de até 90 dias os imóveis que se adaptarem ou já estiverem adaptados hoje, desde que respeitem as determinações da lei, poderíamos pleitear este desconto de IPTU. Estamos limitando esta ação da lei proposta aos imóveis com padrão mais baixo de construção, nos padrões A e B, conforme a Lei 10.235 de 1986. Temos cinco tipos de construção e estamos trabalhando com os padrões A e B que são os de baixo. Não podemos propor beneficiar imóveis com valor venal, em 2007, acima de 300 mil reais. Estamos limitando pela testada do imóvel, ou seja, até 30 metros. Acima de 30 metros não estamos propondo nenhum desconto no IPTU. Obviamente não pode ser usado exclusivo ou predominantemente como residência nem como indústria e também, no caso de imóveis comerciais verticais, a partir do primeiro pavimento, após o primeiro pavimento, também não estamos contemplando. Quer dizer, até o primeiro pavimento admitimos que seja concedido este desconto.

Como seria feito o desconto? Seria calculado, desde que o imóvel se enquadrasse no padrão, seria calculado com base na testada do imóvel. Então, menor do que dez metros seria concedido 100% de desconto no IPTU. De dez até vinte metros proporíamos 50% e, entre 20 e 30 metros apenas 25% de desconto. Se caso o imóvel estiver em esquina ou que tenha mais de uma frente para logradouro oficial consideraremos como testada a somatória destas testadas para os diversos logradouros. Não havendo essa situação seria a testada usada para a fixação do anúncio propriamente dito. Prevê-se que, como falei no início da apresentação, vamos propor o desconto para o IPTU para ao exercício seguinte ao da regulamentação. Valerá para um exercício somente e o eventual IPTU remanescente deverá ser recolhido na forma da legislação vigente. Se não houver quitação do IPTU integral desconsideram-se os efeitos desta lei. Obviamente o contribuinte, para ter o benefício, tem de pagar o restante do IPTU que ficar. Se ele não fizer isso, desconsidera-se o desconto, ou seja, ele não será beneficiado se deixar um resto de IPTU sem liquidar no exercício. O Executivo está propondo



que para efeito de deferimento deste exercício quem fará a verificação da adequação às disposições previstas na Lei 14.223 que é a Lei Cidade Limpa ficará a cargo das subprefeituras esta verificação. Dependerá de requerimento do interessado. Não poderemos, de nossa iniciativa. Vamos, através de um requerimento, após análise da subprefeitura, a Secretaria de Finanças, se o imóvel se enquadrar nas condições citadas inicialmente será feito o desconto do IPTU. Obviamente se houver débito do IPTU para o imóvel objeto da solicitação ele não poderá fazer jus ao desconto. Após a regulamentação da lei está se prevendo 30 dias para a regulamentação. Se a lei for aprovada até esse ano regulamenta no começo do ano que vem. Não sei o cronograma - o Vereador Netinho poderá nos informar - mas isso poderia valer para o IPTU 2009, eventualmente, se não conseguirmos regulamentar neste exercício. Basicamente é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – Netinho) - Agradecemos a exposição inicial do Dr. Mário Apolaro que representa a Secretaria de Finanças. O Vereador Paulo Fiorilo fará uso da palavra.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, aproveitando a presença dos representantes do Executivo, em especial a do Sr. Mário, nesta Casa tramitam outros projetos com o escopo parecido com este do Executivo. Aliás, na audiência pública de hoje temos o PL do Vereador Donato e, segundo o Vereador Netinho, há o do Vereador Aurélio Nomura. Pergunto ao Sr. Mário, os projetos agora citados, tanto do Vereador Donato quanto do Vereador Nomura, foram analisados pela Prefeitura e existe alguma possibilidade de que os projetos possam ser apensados, utilizado o que foi sugerido pelos Srs. Vereadores mas não consta no projeto do Executivo? Há disponibilidade do Executivo de tentar negociar uma ação conjunta pensando nas iniciativas dos legisladores?

O SR. MÁRIO APOLARO - Nobre Vereador Fiorilo, tenho informação do projeto do Vereador Donato que difere do nosso no sentido de utilizar como base para concessão da isenção, o enquadramento no Simples Nacional. Nosso projeto parte do imóvel fisicamente.



Definimos por testada, por valor venal, não entramos no mérito no tamanho da empresa instalada ali. Consideramos que para efeito de controle nosso, para efeito de operacionalização do benefício e até a avaliação da renúncia, do impacto que isso pode nos trazer, infelizmente somos obrigados a propor algo voltado para o imóvel. Não teríamos essa correlação facilmente entre o tamanho da empresa, o faturamento dela e a sua localização. Por esse motivo o Executivo propôs que se utilizasse como referência o imóvel, a sua testada, o seu valor venal, enfim, os dados físicos daquele imóvel que, se enquadrado naquelas características, poderia fazer jus ao benefício. Além do que, as condições para enquadramento tendem a privilegiar os imóveis de menor padrão, como já foi colocado anteriormente, o que viria de encontro da proposta do Vereador Donato, que usa outro critério mas que no final, acredito, seja convergente.

O SR. PAULO FIORILO - Na realidade o projeto do Executivo não estabelece limite. Ele trabalha com testada independentemente se é uma empresa grande, média ou pequena. Existe já o estudo do impacto de quanto significa isso de renúncia?

R - Temos sim, Vereador, bem lembrado. Deveria ter apresentado no início. Peço desculpas por isso. Temos uma avaliação, digamos, o teto da renúncia, considerando por testada. O mais próximo que colocamos para a lei significaria, se todos pleitearem porque acredito que esse tipo de benefício acaba não sendo pleiteado por todos. Tem quem não teve custo para isso e não vai se sentir motivado a pleitear. No limite estaríamos falando em 80 milhões de reais. O valor total anual. Não passaríamos, de maneira alguma, disso. Esse valor só tende a ser reduzido mas o teto estaria nesta faixa.

P - O valor considerado, 80 milhões, pergunto: não seria o caso de pensar em um projeto do Executivo em algumas travas para evitar que, por exemplo, empresas grandes se beneficiassem enquanto as pequenas que tiveram um ônus maior tivessem este benefício? Faço esta observação em função da fala do senhor agora e da matéria publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje a que o senhor deve ter tido acesso, em que, na questão do



desconto do IPTU com as notas fiscais eletrônicas só 48 mil contribuintes se cadastraram, um universo muito pequeno diante da quantidade de contribuintes. Nesse caso não seria interessante que a Prefeitura beneficiasse apenas as empresas de médio e pequeno porte, deixando com que as grandes não tivessem esse benefício?

R - Concordo plenamente com a sua observação. Foi este o enfoque do executivo. Só não propusemos este trabalho pelo faturamento pelos critérios técnicos de seleção que coloquei no início. Lembro só de alguns detalhes que acho que vêm bastante de encontro a sua preocupação, que é legítima. Quando limitamos o valor venal do imóvel a 300 mil, quando não consideramos que a partir do segundo andar de um edifício comercial não pode haver isenção, neste momento estamos excluindo de qualquer possibilidade os prédios comerciais nobres, como um prédio na Avenida Luiz Carlos Berrini. É claro que um anúncio indicativo a partir do segundo andar é difícil mas, na verdade, ao colocar isso já estamos eliminando todos os imóveis em edifícios. Com a testada de 30 metros e um valor venal de 300 mil reais e nos padrões de construção mais baixos já estamos, com certeza, eliminando as empresas com receita maior, com receita expressiva que, concordamos com a sua observação, não deveriam fazer parte desta proposta de isenção.

P - Agradeço as respostas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – Netinho) - Questiono a secretaria para saber se temos inscrições para este projeto. (Pausa) Não. Neste momento devolvo a palavra à representação do Executivo para realizar as considerações finais lembrando que esta é a primeira audiência pública ao PL 718/2007 que concede desconto no IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para imóveis não residenciais que especifica. Neste momento realizamos a primeira audiência pública. Lembro que o interstício para a segunda audiência pública é de dez dias. Agradeço a presença da equipe.

O SR. MÁRIO APOLARO - Acredito que não haja mais nenhuma colocação especial. Ressalto que estamos apenas beneficiando o empresário que se adaptou a uma



legislação que, sabemos, em algum momento trouxe algum custo e que a Prefeitura pretende senão pelo total, até eventualmente, em caso de que não houve a despesa, que o empresário tenha, pelo menos uma compensação por ter se adequado à Lei Cidade Limpa.

Também agradeço ao Vereador Paulo Fiorilo pelas idéias e sugestões. Acreditamos que contemplamos isso na proposta. Estaremos sempre abertos a eventuais sugestões em que pese ter reforçado que nossa intenção é exatamente a de suas colocações. Obrigado.

O SR. PAULO FIORILO - Pela oportunidade, acho que seria necessário o informe do impacto fosse anexado ao projeto até porque não tenho aqui mas tenho a impressão que não teve anexado tais dados. Sugiro ao Sr. Presidente que providencie a anexação do documento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – Netinho) - Vamos realizar a anexação. Trago mais uma informação deste relatório produzido pela Secretaria de Finanças. O número de imóveis que poderão ser abrangidos por esta medida chega a quase 74 mil imóveis em um total de impacto de R\$80.620.693,83, sendo o predial e territorial somados. São 37.369 imóveis que têm até dez metros de testada. De 10 a 20, 26.207 imóveis e de 20 a 30 metros de testada, 10.130 imóveis. Este é o tamanho do projeto que tramita na Câmara Municipal. Atinge 73.706 imóveis concedendo no limite R\$80.620.693,83, se todos os proprietários ou aqueles que se utilizam do imóvel se habilitarem na lei, o que quer dizer, reformarem a sua fachada, esta reforma produzir um impacto no mínimo compatível ao valor venal deste imóvel. Se for superior será ressarcido só até o teto do valor venal. Se for inferior, terá de fazer a complementação com o pagamento do tributo devido a municipalidade.

Agradeço aos técnicos da Secretaria de Finanças que aqui nos acompanharam.

Suspendo os trabalhos para retomarmos com nova composição de mesa para a audiência pública ao PL 746/07 que dispõe sobre o Programa de Incentivo Seletivo para a região da zona Leste do município de São Paulo que se encontra em segunda audiência pública.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Vereador José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – Netinho) - Convido para compor a mesa o Dr. José Alexandre Sanches representando o Gabinete do Prefeito para a audiência pública ao PL 746/07 que se encontra em segunda audiência pública. Questiono o Dr. José Alexandre se deseja compor mesa com a equipe que traz a esta Casa para ajudá-lo no debate. Da mesma maneira que fizemos no primeiro projeto a idéia é permitirmos à Secretaria uma exposição inicial de até 20 minutos. Na audiência passada, recordei, um questionamento ficou levantado, sobre a possibilidade de levantarmos o número de áreas detectados na matéria para outras, da mesma região, motivo pelo qual as Notas Taquigráficas já estão apensadas ao processo do projeto de lei que agora está sendo manuseado pelo Vereador Paulo Fiorilo, atento à matéria.

Passo a palavra ao Dr. José Alexandre. A partir daí iniciaremos o debate.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES - Sr. Presidente, Vereador José Police Neto, Vereador Paulo Fiorilo, demais Srs. Vereadores desta Câmara Municipal, senhoras e senhores, o projeto de lei que trata de incentivos seletivos para o desenvolvimento da zona Leste de São Paulo se fez necessário após o diagnóstico da situação sócio-econômica daquela importante região do Município. Trata-se de região que conta com mais de 4 milhões de habitantes e com um elevado índice de desemprego que vem perdurando há mais de uma década. Estamos falando de um índice de desemprego que ultrapassa 20% da população economicamente ativa. Também os índices de vulnerabilidade social dos bairros que compõem a zona Leste de São Paulo, principalmente a chamada zona Leste 2, a mais distante do centro de São Paulo, são dos maiores índices de vulnerabilidade do município. A atividade econômica que existe na região não atende às necessidades da população. Mesmo a parcela da população que se encontra empregada necessariamente tem de se deslocar para outros bairros da Cidade, acarretando custos de transporte, necessidade de um maior volume de



transporte público. Esse projeto que foi elaborado por uma equipe da Administração Pública coordenada pelo Secretário de Planejamento Manuelito Magalhães, visa começar a responder a este problema. É um projeto de incentivo seletivo robusto, realmente sinaliza que o Prefeito Gilberto Kassab, através desse instrumento, quer começar a alavancar a solução do problema do desenvolvimento da zona Leste de São Paulo. Estamos falando de projeto de incentivo seletivo que concede redução dos tributos municipais, uma redução de 50% do IPTU e ITBI e uma redução de 60% do ISS que é o imposto sobre serviços. Cumulativamente, para empresas que desejarem se instalar naquela região do Município e em uma região no entorno da Avenida Jacu-Pêssego e também no terminal de Itaquera, o Município se propõe, juntamente com a redução de tributos, a concessão de certificado de incentivos para o desenvolvimento. Esse certificado devolverá ao empresário a empresa que acreditar nesse projeto de desenvolvimento uma parcela do seu investimento.

E a administração entende como investimento o custo do projeto até o limite de 5% do seu total, a compra do terreno, a construção dos imóveis ou a reforma e também a aquisição dos equipamentos. São atendidos pelo projeto empresas instaladas no Município de São Paulo ou não. queremos atrair empresas de fora do Município de São Paulo. Naturalmente, o projeto deverá ser complementado por estudos depois de discutido pela Casa. Eventualmente, se necessário ser aprimorado, devemos entabular estudos para identificar segmentos passíveis de serem instalados naquela região da cidade de São Paulo. Entende o Executivo que devemos ter como alvo principalmente atividades que fariam no Município de São Paulo por um longo período e que levasse realmente a trazer benefícios.

Esse é projeto de maturação de longo e médio prazo, não terá impacto inicial, mas é excelente semente a ser plantada e a atual Gestão e as futuras poderão ter a sua disposição instrumento para alavancar o desenvolvimento.

Entendemos a necessidade de um Município como São Paulo ter arcabouço jurídico para projetos de desenvolvimento já preparados porque um município pequeno, se um



determinado empresário tem intenção de investimento, o chefe do Executivo Municipal consegue articular rapidamente a Câmara, as lideranças da cidade e dentre os interesses do município atender os pleitos do investidor. Num município com a complexidade de São Paulo isso não é possível. É importante que tenhamos esse arcabouço, essa legislação aprovada para que o Executivo possa propor e promover o desenvolvimento em algumas regiões da cidade. Nesse caso, na zona Leste de São Paulo, exatamente pela necessidade da criação de empregos e geração de rendas naquela região da cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradeço as palavras do Dr. José Alexandre Sanches. Passo a palavra ao Vereador inscrito Paulo Fiorilo, para que possamos desenvolver o debate nessa que é a segunda audiência pública sobre a matéria. Lembro que este é o projeto de lei 746/07 que dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para a região Leste da cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, obrigado. Bom dia Sr. José Alexandre. Na verdade, quero começar a segunda audiência retomando questões pendentes da passada feita neste mesmo local.

Falamos sobre o Decreto do ICMS, se não me engano, do Governo do Estado. O senhor deve se recordar, inclusive porque era matéria em que o senhor e o Vereador Police Neto tinham muita familiaridade. Decreto esse feito pelo Secretário Mauro Ricardo. Na ocasião, pedimos se era possível encaminhar para a comissão para que nossa assessoria, do Vereador Netinho e minha, pudesse analisar o decreto e de que forma seria possível trabalhar um pouco na cidade.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – (Fora do microfone) – Eu encaminhei.

O SR. PAULO FIORILO – Encaminhou para o Vereador?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Foi.

O SR. PAULO FIORILO – Então, vamos checar. A segunda coisa diz respeito às



áreas. Lembro-me que naquela audiência colocamos a necessidade de discutir com o Executivo a possibilidade de ampliação em determinadas áreas e citávamos que especificamente, em São Matheus, há região da terceira divisão que é um problema de zoneamento, mas também existe na prática um grupo de empresas que precisa ser beneficiada. Portanto, o projeto precisa de ampliação. De novo, recoloco a questão para ouvir se há por parte da Prefeitura disponibilidade de discutir as áreas, e aí faríamos na Câmara uma alteração com a anuência do Governo, sem o risco do veto.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Com relação ao decreto do ICMS que trata da utilização de créditos de ICMS, decreto que se chama Pró-Urbe, esse decreto tem possibilidade de ser utilizado em todo projeto de re-qualificação urbana dos municípios do Estado de São Paulo, desde que obedeça alguns critérios. Creio que a maior parte dos critérios estão sendo obedecidos também pelos projetos de incentivo seletivo da zona Leste.

Com relação à ampliação das áreas é assunto que precisa ser discutido tecnicamente pelas equipes da Prefeitura. No caso da Estrada do Palanque, das empresas instaladas na chamada Terceira Divisão, na área da Subprefeitura de São Matheus, é um problema um pouco mais complexo porque é uma área que sofreu alteração na sua legislação de zoneamento quando as empresas já estavam lá instaladas, são dezenas de empresas. Em função disso, essas empresas ficaram em situação irregular. Há disposição do Executivo para discutir uma solução para esse problema, mas acreditamos depois de ouvidos os técnicos que esse pl não seria o instrumento correto para a solução daquele problema. Então, o que proporia ao Sr. Presidente e ao Vereador Fiorilo é que fizesse oficialmente o pleito ao Executivo Municipal para estudarmos o instrumento adequado para a solução desse problema. Entendemos que há um problema que precisa ser resolvido, apenas entendemos que esse projeto de lei não seria o instrumento adequado.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. José Alexandre, ainda com relação a essa questão, podemos fazer o pleito tanto eu quanto o Vereador Police Neto, como a Frente Parlamentar,

temos a concordância do pleito. Na realidade, o que pensamos era aproveitar a oportunidade da discussão sobre incentivos e mesmo que não consigamos resolver agora, mas é incitar o poder público em pensar uma alternativa. Tudo bem, vou usar de novo os jornais de hoje, 90% dos estabelecimentos da cidade de São Paulo não tem alvará. E é assim: fecha um, abre outro, fecha um, abre outro. Pergunto: qual a política que se tem para a cidade como um todo? Ou como disse o Vereador, propõe anistia, aí não sai, ficamos num processo de marcar passo.

Estou preocupado porque existe naquela área, o senhor tem conhecimento, mais de 60 empresas instaladas e funcionando da forma como sabemos. Nós propomos que há uma oportunidade impar, na minha opinião, não de colocar o dedo na ferida, mas de algum tipo de remédio colocarmos para resolver a ferida do tipo: vamos conversar com Sempla, com Finanças, com a Subprefeitura de São Matheus, mas quais são os fatos? Aí podemos incitar, mas só podemos incitar. Talvez, pelo gabinete do Prefeito, com a sensibilidade das secretarias e da Prefeitura para essa questão do desenvolvimento podíamos, de fato, buscar uma saída. Em que pese tivesse de ser a discussão do ano que vem no Plano Diretor. Mas que pudéssemos construir porque a intenção é buscarmos juntos alternativa para que o projeto tenha sucesso, que a região não tenha lacunas como a que estou dando exemplo. Segunda coisa – e encerro as minhas observações nessa segunda audiência – seria um projeto mais ambicioso e acho que a responsabilidade é do legislador, mas o Executivo tem responsabilidade dobrada ou redobrada, é a ação que envolve o governo do Estado e que pode envolver o Governo Federal para tratar de três questões fundamentais, na minha opinião, que tem relação direta com cada um dos entes. Citei na outra audiência, acho, a idéia de tentar uma ação conjunta na área de formação e capacitação profissional. Das várias experiências que existem na região Leste tanto às patrocinadas pela Prefeitura, por entidades particulares, pelo Estado e pela União de que forma poderiam ser feitas casadas para que não tivéssemos puxando cada um a sardinha para brasa diferente daquela que queremos puxar. Por exemplo, o Governo do Estado tem a Fatec, mas o Federal vai inaugurar em Sapopemba, e deve ser



gerenciada pelo Governo Estadual, uma outra escola técnica na Avenida Sapopemba. Temos as várias entidades, como no Tabor, no Jardim Carrãozinho que tem convênio com empresas para qualificação de mão-de-obra. O Carrãozinho com a Ford, do Tabor com empresas de informática, mas não percebo... E no caso do Município de São Paulo temos escola técnica em Cidade Tiradentes. Parece-me que há de fato várias iniciativas que precisavam ser concatenadas. Acho que talvez a Prefeitura, junto com a Câmara, junto com a Frente pudesse buscar essa ação.

A outra é a questão do viário. A Prefeitura do Município de São Paulo pleiteou e foi aceito de recurso federal para ampliação da Jacu-Pêssego na parte sul. Tem uma emenda que deve ser aprovada no Orçamento Federal para esse tipo de iniciativa. De que forma o Estado e o Governo Federal poderiam participar? Até porque resolveríamos parte daquilo que é considerado Rodoanel. É óbvio que ainda o projeto do Rodoanel existe.

E por último e que faz parte da primeira intervenção, sobre o projeto do ICMS, quais outras ações o Estado poderia travar junto com a Prefeitura buscando discutir o Leste da Metrópole? Citávamos aqui a cidade de Itaquá., Ferraz, Poá, Suzano, cidades que dividem com São Paulo e têm problemas parecidos. Poderíamos tentar buscar ações conjuntas que valorizassem tanto o indivíduo que reside ali, dando a ele oportunidade de trabalho, qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Bem, com relação à ampliação das áreas, aliás, a solução da questão de São Mateus, da Terceira Divisão da Estrada do Palanque, realmente é uma situação que precisa ser resolvida. Quer dizer, eu senti que a parte, vamos dizer, técnica da Prefeitura já tem inclusive alguns estudos e algumas propostas para isso. Eu insistiria, e me coloco à disposição dos Vereadores Netinho e Paulo Fiorilo, para ajudá-los, no Gabinete, a levar esse assunto, e a começarmos a formular uma solução para essa questão. Inclusive, eu recomendaria, como o Poder Legislativo é radicular, ele é realmente o poder muito próximo da população, se existem outros problemas dessa mesma natureza no município



de São Paulo, para tentarmos resolver essas questões, antes da discussão da alteração do Plano Diretor, do próximo ano. Então, acho que esse caminho tem de ser traçado, e o Legislativo e o Executivo têm de caminhar de mãos dadas.

Com relação à integração dos esforços no Projeto de Desenvolvimento, acredito que esse seja mesmo o caminho: aprovado esse PL, careceria de estudos, envolvendo inclusive o Governo do Estado e talvez o Governo Federal, para identificarmos segmentos passíveis de serem atraídos para a zona Leste de São Paulo, por meio desse instrumento. E, identificados esses segmentos, fazermos um esforço, para a preparação da mão-de-obra, porque não consigo vislumbrar um projeto de desenvolvimento hoje sem a capacitação das pessoas que vão trabalhar nas empresas. Quer dizer, o empresário, ao se instalar num novo local, tem de ter a disponibilidade de uma mão-de-obra capacitada ou, pelo menos, a perspectiva de que essa mão-de-obra vai ser capacitada num prazo definido.

Então, essas duas coisas andam juntas. Só que há a necessidade de, posteriormente à aprovação desse PL, aprofundarmos esses estudos e estabelecemos as ações que devam ser imprimidas nessa área de capacitação profissional, formação, pesquisa etc.

Não vamos nos esquecer de que hoje a zona Leste de São Paulo conta também com um campus da Universidade de São Paulo que, provavelmente, deverá se integrar nesse esforço do Município, para apoiar essas ações.

Com relação ao viário, também é muito importante, porque a questão da logística é fundamental para as empresas. Porque, se a empresa produz, ela tem de escoar sua produção; ela tem de receber os insumos, por meio de um viário eficiente; e, ao mesmo tempo, ela tem de escoar. E esse viário da Jacu-Pêssego já começou a ser alterado. Salvo... Nós temos prontos quase 11km; 2,1km vão ficar prontos, agora, no primeiro trimestre de 2008, que é a ligação da Jacu-Pêssego, existente, à Rodovia Ayrton Senna; e temos projetado mais uma extensão, de aproximadamente 10km, que precisam ter o seu projeto executivo. Parece que



está sendo feito o projeto básico, e precisa ser dado andamento, para que não haja solução de continuidade na questão na zona Leste como um todo.

O SR. PAULO FIORILO - Só para concluir, existe alguma iniciativa concreta, do ponto de vista da busca de ações conjuntas? Por exemplo, a Prefeitura de São Paulo tem dialogado com Guarulhos, na questão do viário? Porque o projeto do viário, além de fazer aquela ligação com a Ayrton Senna, também tinha a parte de Guarulhos, que era ligar à Dutra.

Estou dando esse exemplo, mas podia fazer o exemplo para a questão da Educação – me ocorreu agora: existe a possibilidade de a própria Secretaria, ou o próprio Gabinete do Prefeito, instar os Secretários - por exemplo, de Educação da Cidade -, propondo que fizesse esse tipo de debate, envolvendo o Secretário Estadual, envolvendo também os órgãos responsáveis pela Educação do Estado, para tentar uma ação mais conjunta, para discutir, por exemplo: a Prefeitura tem aquelas experiências de Cieja - que são incipientes, agora, porque deixaram de ter os custos de capacitação -, mas eram importantes espaços para a formação.

Então, a minha pergunta, na realidade, não é voltar à idéia; mas é: que tipo de iniciativa concreta poderíamos tomar, junto com o Executivo Municipal, com o Legislativo Municipal, para que essas ações pudessem ter, pelo menos, o início; tivéssemos aqui, por exemplo, uma agenda entre Fatec, USP, as Escolas Técnicas, a experiência lá da Cidade Tiradentes, para uma primeira conversa de direcionamento. Existe alguma iniciativa nesse sentido?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES - Bem, as iniciativas que estão sendo tomadas, no caso do Projeto de Desenvolvimento, ainda são no âmbito do Município. Estamos envolvendo as diversas Secretarias: a Secretaria do Planejamento - que, na realidade, é quem lidera esse projeto; e estamos aguardando a definição desse PL, para dar os próximos passos.

Agora, têm sido feitos contatos, principalmente com a Secretaria de desenvolvimento do Estado de São Paulo, que nós temos a intenção de envolver o Governo do



Estado, não só na formulação de propostas, como no compartilhamento de custos, porque é um projeto ambicioso, onde o Município está dando mostras de que vai envolver recursos de vulto. E precisaríamos contar também com a participação, não só ideológica, mas financeira, tanto da instância estadual como da federal. Quer dizer, só pode existir mesmo um projeto ambicioso, se envolvermos as três instâncias, inclusive com participação orçamentária.

O SR. PAULO FIORILO – Muito obrigado, Sr. José Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Vou fazer uma breve participação, e aí pedir um pouco o auxílio do José Alexandre, na perspectiva. A Casa recebeu, no mês de outubro, o projeto...

Anunciar a presença entre nós do Vereador Atila Russomanno.

A Câmara recebeu, no mês de outubro, o projeto de lei da primeira revisão do Plano Diretor. Um pouco do que é a carência da nossa intervenção mais clara de como a Cidade deve se desenvolver é que optamos por um modelo de Plano Diretor Estratégico, que a questão estratégica ela configurou mais um modismo da terminologia do que uma capacidade de ações articuladas e estratégicas de fato. A prova disso é a revelada, há poucos instantes, pelo Vereador Paulo Fiorilo, no que tange à Terceira Divisão.

Por que isso? Porque o Plano Diretor Estratégico tem 338 ações estratégicas que, na realidade, configuram-se manifestações de desejo. Nenhuma delas tem uma relação direta com a capacidade de desenvolver a Cidade. Na realidade, o Plano Diretor sugere uma forma de articulação urbanística, mas não trabalha o desenvolvimento social da Cidade, e ele interpreta as formas com que a Cidade deve crescer, mas tem tido uma dificuldade muito grande de reconhecer esse processo de desenvolvimento.

Cito isso por dois fatores objetivos: há um conflito pouco aparente até agora, mas que se traduzirá como aparente, no curso das discussões que faremos aqui, não só do Plano Diretor, mas também como essa matéria, que, reconhecendo que muitas das áreas em que se definiu como zona industrial, as ruas são locais, definidas como ruas locais.

Se uma indústria quiser se estabelecer ali com mais de 500m² não poderá. Então, criaremos uma lógica de incentivo àquele que, mesmo incentivado, não terá a autorização, por conta do nosso Plano Diretor Estratégico, para o seu assentamento ali.

Por que estou fazendo essa abordagem? Porque, nesses últimos cinco anos do Plano Diretor, a Cidade reconheceu um avanço muito grande de tê-lo, e um avanço muito pequeno de usá-lo. A gente diz muito que é ótimo ter o Plano Diretor, é fabuloso que ele exista, mas a gente conseguiu muito pouco usar o Plano Diretor como ferramenta de desenvolvimento.

E por que essa abordagem é importante, neste momento em que realizamos a segunda audiência pública, na questão do incentivo que a Administração, corretamente, está buscando para uma região? - identificando inclusive uma área de 10% daquela que anteriormente era estabelecida para isso, mas que, se não atingir esta operação que o Plano Diretor limitou, estará limitado o ingresso desses recursos naquela região.

Então, se não resolvermos o problema do conflito - aí não é problema -, do conflito das decisões que o Plano Diretor impõe, do reconhecimento do que é rua local, do que é estrutural - N-1, N-2, N-3 -, e o que é coletora, daremos um incentivo a áreas da Cidade, em especial na zona Leste, que poderão ter incentivo, mas não conferirão o benefício, porque não instalarão as suas empresas, as suas indústrias, o seu comércio, naquela área, porque o tamanho da rua, ou a forma com que ela foi disciplinada não permitirá.

Por que estou falando isso? Porque a grande vontade que a Casa tem é sair desse campo do hipotético benefício da lei, mas conseguir dialogar com quem está na ponta, que vai receber o instrumento da lei e vai fazer uso dele.

É essa a tarefa mais difícil para o Parlamento. O Parlamento, historicamente, se dedica muito aos termos da lei, mas tem uma dificuldade muito grande para ir à ponta e conferir se o cidadão recepcionou a lei, na forma que é seu espírito - que aqui está claro: queremos incentivar o desenvolvimento da zona Leste; queremos dar vantagens para que aquela região



se desenvolva, articulada com o Estado, articulada com a União e articulada com a Metropolitana Leste.

Mas, se não resolvermos os nossos problemas mais domésticos, de reconhecimento de em que ruas se pode o quê fazer, os passos ainda serão tímidos, para aquilo que sonhamos para a zona Leste, ou daquilo que sonhamos para o Município.

Então, quero trazer esta preocupação, para que não avancemos em uma matéria extremamente importante, mas que o resultado dela não terá a importância dos nossos debates. Essa grande vontade de fazer que uma Campinas inteira não se desloque ao centro de São Paulo, por dia; e, sim, que tenha condições de desenvolvimento na própria região, é o sonho de todos. Mas teremos de aprofundar um pouco mais o debate, para que estas áreas selecionadas ou outras a serem selecionadas tenham, neste momento, também o tratamento do seu zoneamento, da identificação e do reconhecimento de conflitos, que já temos, da classificação de ruas, para que aquilo que não deixa de ser um incentivo passe a ser, de fato, um incentivo para a zona Leste de São Paulo.

Então, era um pouco disso, essa preocupação que tenho, porque tenho assistido aos debates dentro da Casa e fora da Casa, nessa questão dos incentivos seletivos. Acho que é um mecanismo extremamente inteligente, mas, se ele não estiver conectado com o nosso Plano Diretor, nosso Plano Diretor Regional, com nosso zoneamento e com a classificação de ruas, ficará um grande instrumento burocrático, uma lei maravilhosa, com a aplicabilidade quase nula.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES - Bem, concordo *ipsis literis* com o que disse o Vereador. Fica impossível até de você atrair um investidor ou um investimento, se ele não tiver a tranquilidade de que ele vai poder ter uma atividade de forma pacífica no novo local aonde ele vai, onde ele acreditou no Projeto de Desenvolvimento.

Então, é um problema que existe na cidade de São Paulo. Esse caso da Terceira Divisão é um dos casos. No meu trabalho, conversando com diversos segmentos, temos



problema também no comércio atacadista, temos problema no próprio varejo. Quer dizer, esta Casa vai ter uma oportunidade histórica de reorganizar um pouco a atividade econômica no Município de São Paulo.

Só existe, o Município só tem condições de existir, desde que ele tenha uma justificativa econômica. Então, se não conseguirmos desenvolver atividades compatíveis com a nova São Paulo, com a São Paulo do futuro, e dar a tranquilidade para esses investidores, vamos continuar perseverando nesse problema de desemprego, de transferência de indústrias etc., que a Cidade vem enfrentando há décadas.

Então, realmente esta Casa vai ter um trabalho hercúleo, mas é necessário, para dar tranquilidade a todos aqueles que queiram morar, queiram habitar no Município de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradecer, mais uma vez, a equipe do Prefeito, aqui agradecendo ao José Alexandre.

Quero sugerir que realizemos diversos outros debates. Agora não temos a obrigação de que sejam realizados na forma de audiência pública, acho que as três ou quatro oportunidades que tivemos de debater essa matéria produz a necessidade de outros debates. Sabemos também que temos uma necessidade de tempo: aprovar com alguma celeridade aquilo que pode ser um projeto que leve o desenvolvimento à zona Leste.

Então, precisamos saber só modular e equilibrar a questão do tempo e a questão do desenvolvimento daquela região. Mas quero agradecer sinceramente à equipe do Gabinete do Prefeito que veio aqui trazer as informações e já deixar o convite para os próximos debates, esses que nos aproximarão da decisão que o Plenário deve tomar, de votação dessa matéria.

Muito obrigado.

Suspender nossos trabalhos, para reiniciar com as matérias dos Parlamentares Vereadores.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto
- Netinho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Vamos retomar os nossos trabalhos. Neste momento vou chamar para a abertura dos trabalhos com os nossos Parlamentares o projeto de lei do Vereador Goulart, PL 28/2007, que institui o Programa Bom de Boca, a ser implantado em todas as creches, unidades de educação infantil e de ensino fundamental da rede municipal de ensino, inclusive as da rede conveniada. Eu chamo a Assessoria do mandato do Vereador Goulart para que faça uso da palavra, lembrando que esta é a segunda audiência pública da matéria, portanto, última oportunidade do ponto de vista regimental que tem obrigação na realização da audiência. Vamos, da mesma forma, abrir o microfone para a exposição inicial, os Vereadores podem fazer as suas inscrições e aqueles que nos acompanham também.

Tem a palavra a Sra. Nazeli.

A SRA. NAZELI - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Srs. Vereadores. De fato a segunda audiência do Projeto 28/2007, que institui o Programa Bom de Boca. O nobre Vereador Goulart, em sua vontade legislativa, pretende instituir em todas as creches, unidades de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, inclusive as conveniadas, o Programa denominado Bom de Boca, que, na verdade se constitui de duas ações básicas. A primeira é distribuição aos alunos matriculados de kit de higiene bucal contendo fio dental, escova e dentífrico e a segunda ação é a de campanhas periódicas que visem orientação sobre saúde bucal e higiene. Ele entende, o nobre Vereador Goulart, que trata-se de uma medida preventiva da maior relevância porque sem higiene bucal nós teremos prejudica a nutrição do educando e, conseqüentemente, o seu aprendizado e faz parte das políticas da educação infantil e do ensino fundamental fornecer condições para o aprendizado



dessas crianças.

Em termos de custo nós também vemos que é uma despesa muito pequena porque um kit, segundo pesquisas não muito recentes, mas datadas da época em que o projeto foi feito, a preço de varejo, dessa natureza, com essa constituição, chega a 25 centavos, quando você pensa nisso em termos de atacado e obedecendo aos critérios de preço do município esse preço pode se reduzir muito. Então para um universo de quatro milhões de estudantes nós teríamos uma despesa inferior a um milhão de reais.

Então é uma medida muito importante do ponto de vista preventivo e que pode proporcionar a uma faixa importantíssima dos educandos, que essa primeira fase é a fase em que a dentição está se formando e deve ter por isso cuidados bastante fundamentais, que essa ação preventiva se institua sem grande ônus para o município e com um grande benefício. Então não se trata de despesa, se trata de investimento.

Era isso que tinha a dizer e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Agradeço a Nazeli, que aqui representa o mandato do Vereador Goulart. Pergunto à nossa Assessoria se temos inscrições? (Pausa) Não temos inscrições.

Vamos imediatamente passar ao próximo projeto. PL 40/2007, de autoria do Vereador Donato, que concede a remissão do IPTU para os imóveis ocupados por empresas que tenham que alterar o seu anúncio indicativa regulamentado nos termos da Lei 13.525/2003, para cumprir as disposições da Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006.

Chamo a Assessoria do Vereador para fazer a exposição, lembrando que esta é a segunda audiência pública e com ela cumprimos as obrigações regimentais.

A SRA. CARINA - Bom dia a todos. Sou Assessora do Vereador Donato. Estou aqui para falar do Projeto de lei que, como o projeto do Executivo, concede a remissão do IPTU para os imóveis ocupados por empresas que tiveram que alterar seu anúncio, sua fachada, seu anúncio indicativo para atender os dispositivos da Lei Cidade Limpa.

Como também já foi dito aqui, a única diferença entre essas duas propostas é que na proposta apresentada pelo Vereador Donato o requisito para conceder esse benefício é o enquadramento no Simples nacional e no projeto do Executivo considera-se a testada do imóvel e o valor venal do imóvel também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer a Carina, que aqui representou o Vereador Donato. Quero perguntar à nossa equipe se temos inscrições para debate? (Pausa) Não havendo inscrições para debate vamos chamar neste momento a Assessoria do mandato do Vereador Toninho Paiva para que possa fazer a exposição do PL 90/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração de calendário anual para o plantio de árvores nas vias de logradouros públicos da cidade de São Paulo. A Assessoria que assiste o Vereador Toninho Paiva tem o microfone aberto para as exposições da matéria, lembrando que esta é a segunda audiência pública desta matéria, cumprindo a obrigação legal e regimental.

O SR. DANIEL - Bom dia a todos. Sou da Assessoria do Vereador Toninho Paiva. Este projeto é no sentido de haver uma periodicidade para que haja um compromisso do Executivo com uma periodicidade anual, ao menos, de plantio, nem que cada árvore tenha seu momento, mas é na questão de que haja uma periodicidade. É nesse sentido, para que possa haver uma garantia de plantio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer a Assessoria do mandato do Vereador Toninho Paiva, que traz as informações do projeto de lei que estabelece calendário anual para o plantio de árvore nas vias e logradouros do município. Quero pergunta à nossa Assessoria se temos inscrições? (Pausa) Não havendo inscrições vamos passar ao próximo projeto em audiência pública, o Projeto de lei 158/2005, de autoria do Vereador Abou Anni, que dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifa no transporte



coletivo urbano de passageiros no município de São Paulo aos integrantes da Polícia Militar, bem como da Guarda Civil Metropolitana em trajes civis e dá outras providências. Lembro que esta é a segunda audiência pública da matéria, cumprindo a obrigação legal e regimental.

A SRA. CRISTIANE DE FRANÇA FERREIRA - Exmo. Sr. Presidente, Vereador José Police Neto, ilustríssimo Vereador Paulo Fiorilo, demais convidados presentes a audiência pública, eu, Assessora do Vereador Abou Anni, sustentarei as razões do Projeto de lei 158/2005, que dispõe sobre a isenção no pagamento no transporte coletivo urbano de passageiros no município de São Paulo aos integrantes da Polícia Militar, bem como da Guarda Civil Metropolitana em trajes civis e dá outras providências.

Preliminarmente cumpre destacar que a pedido do Vereador Abou Anni a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica propôs um substitutivo ao aludido projeto de lei com a finalidade de que os integrantes da Guarda Civil Metropolitana fossem excluídos da proposta para isenção no pagamento da tarifa, haja vista que os mesmos já recebem o valor correspondente ao vale-transporte em pecúnia.

Com efeito o presente projeto visa dar maior proteção aos usuários do transporte coletivo, haja vista as constantes infrações penais no interior dos veículos. Vale lembrar que a Lei 9.939, de 85, que autoriza a concessão da isenção de pagamento da tarifa nos ônibus aos integrantes fardados da Polícia Militar não atende mais aos fins que se propôs, eis que atualmente os tais profissionais preferem se utilizar do transporte em trajes civis até chegar ao seu destino de trabalho com a finalidade de preservar sua integridade física visto que fardados são alvos de represália cometidos por delinquentes. Ademais vale destacar que os policiais tem o dever permanente de atuar no combate ao crime, mesmo em trajes civis ou quando estão de folga.

Por sua vez foi juntado aos autos do projeto um informativo do Comando de Policiamento da Capital que demonstra o registro de 780 ocorrências no período de 1º de janeiro de 2005 a 15 de março de 2005, crimes de roubo, furto e até latrocínio perpetrados no

interior do transporte coletivo. Outro sim vale ponderar que ao identificar-se para o motorista o policial não fardado estabelece um elo de proteção para si, bem como para todos os cidadãos transportados pelo coletivo, inclusive evitando ações maléficas, pois surpreenderá o delinqüente.

Por fim ressalta-se que o mencionado projeto de lei recebeu parecer favorável de todas as Comissões Permanentes que fora designado, acrescentando ainda o fato de que não trará nenhum prejuízo aos cofres públicos, pois a gratuidade da passagem já é fato, só havendo a mudança quanto à vestimenta que o militar estará usando no momento do traslado no transporte coletivo.

Por ser medida que se impõe o Vereador Abou Anni conta com o apoio de todos os Pares para que a presente propositura seja aprovada na forma do substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

Sem mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer neste momento a exposição realizada pela Assessoria do mandato do Vereador Abou Anni. Quero questionar a nossa equipe se temos inscritos. (Pausa) Não temos inscritos.

Vamos chamar o próximo projeto, o Projeto de lei 269/2006, de autoria do Vereador Celso Jatene, que dispõe sobre o incentivo à prática de atividades físicas e desportivas no município de São Paulo e dá outras providências. Lembro que esta matéria se encontra em segunda audiência pública, cumprindo, portanto, a sua obrigação regimental e legal.

(NÃO IDENTIFICADO) - Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Vereadores. O Projeto de lei 269, de autoria do Vereador Celso Jatene visa conceder desconto máximo de até 50% do valor do ISS para prestadores de serviço de esportes, danças que abrirem vagas em seus estabelecimentos num total de até 5%, de bolsas integrais para alunos da rede pública municipal, ou prestarem serviços a escolas municipais indicando profissionais de seus estabelecimentos para prestar serviços a essas escolas.



O projeto encontra amparo legal já que passou pela Comissão de Constituição e Justiça com parecer favorável e agora aguarda o parecer desta Comissão para ir a plenário.

Obrigado, Srs. Vereador.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer as informações trazidas pela Assessoria do mandato do Vereador Celso Jatene. Quero questionar a nossa Secretaria se temos inscrições? (Pausa) Não havendo inscrições vamos passar para o próximo projeto, Projeto de lei 372/2007, de autoria do Vereador Domingos Dissei, que institui a Bolsa Universidade Municipal em número a ser fixado pela Secretaria de Finanças mediante sistema compensatório de créditos tributários. Quero chamar para fazer uso da palavra a equipe que Assessora o mandato do Vereador Domingos Dissei, Dr. Areias.

O SR. AREIAS - Bom dia. Sr. Presidente, Vereador Netinho, Srs. Vereadores Paulo Fiorilo e Russomanno, senhoras e senhores, este projeto institui bolsas de estudo para estudantes de curso superior de graduação e seqüencial em instituições privadas de ensino superior que manifestarem adesão.

Segundo o projeto e de acordo com critérios a serem estabelecidos pela Secretaria da Educação, essas bolsas de estudo integrais ou parciais serão concedidas a estudantes brasileiros residentes e domiciliados neste município há pelo menos três anos e que ainda não tenham diploma de curso superior poderão ser concedidas ao pessoal docente e demais profissionais da educação para o seu aperfeiçoamento e capacitação. Nesse caso as despesas serão consideradas para efeito de computo do percentual das despesas destinadas à educação nos termos da Lei municipal 13.245, de 2001, e em cumprimento ao percentual fixado pelo artigo 208 da Lei Orgânica do nosso município.

Finalmente dispõe o projeto que o número de bolsas e respectiva percentual serão fixados pela Secretaria das Finanças, mediante sistema compensatório, ou seja, mediante compensação de créditos tributários do ISS devido pelas instituições de ensino que manifestarem adesão com os créditos que essas instituições tenham pela concessão das

bolsas de estudo.

Entretanto, o autor deverá, para melhor consistência do projeto, apresentar substitutivo na forma regimental com as seguintes alterações: para que as bolsas de estudo sejam concedidas para servidores públicos municipais e seus dependentes, possibilitando a melhoria da qualidade profissional desses servidores, ficando dessa forma delimitada a abrangência dos estudantes beneficiários e que os servidores públicos municipais sejam efetivos e investidos por concurso público em cargo ou emprego público e que as bolsas de estudo sejam publicadas na imprensa oficial e disponibilizadas na Internet, na página eletrônica da prefeitura, com o nome do bolsista, curso e duração.

As instituições aderentes deverão ainda encaminhar o seu plano de distribuição de bolsas de estudo à Secretaria da Educação conforme critérios por ela estabelecidos.

No mais o projeto fica mantido. Quando ao número de bolsas de estudo a serem concedidas e seu respectivo percentual serão fixados pela Secretaria das Finanças mediante o sistema compensatório consistente na compensação de créditos de ISS com crédito das instituições de ensino em razão das bolsas concedidas. E quanto à concessão de bolsas de estudos, inclusive de pós-graduação para docentes e demais profissionais da educação para seu aperfeiçoamento e capacitação, caso em que as despesas serão consideradas para efeito do computo do percentual das despesas da educação nos termos da Lei municipal 13.245/01 e em cumprimento ao percentual fixado pelo artigo 208 da nossa Lei Orgânica.

Era isso que tínhamos a expor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer ao Sr. Areias. Questiono nossa equipe técnico que nos acompanha se temos inscrições para debate? (Pausa) Não havendo inscrições quero chamar imediatamente a equipe que assessora o mandato do Vereador Edivaldo Estima para que possamos fazer o debate do Projeto 453/2007, que torna obrigatório película protetora sobre a superfície de enlatados cujo consumo seja alimentar no município de São Paulo. Projeto este que encontra-se em segunda audiência



pública.

A SRA. MÁRCIA - Bom dia a todos. Sou Assessora do Vereador Edivaldo Estima. O projeto de lei 453/07, com foi dito, torna obrigatória película protetora sobre a superfície dos enlatados cujo consumo seja alimentar no âmbito do município de São Paulo.

O uso da película protetora nas tampas de enlatados de consumo alimentar tem como objetivo prevenir eventual contaminação por bactérias, fungos e outros agentes fisiológicos que colocam em risco a saúde do cidadão, pois nem sempre as latas são devidamente higienizadas antes da abertura do seu lacre, sendo certo que de alguma forma a parte externa da tampa vai entrar em contato com o produto ali armazenado, tornando-o impróprio para o consumo.

O perfil das doenças transmitidas por alimentos ainda é desconhecido, pesquisas, no entanto, nos mostram claramente que os riscos de contaminação de esquistossomose, que provoca diarreia e da leptospirose, transmitida pela urina do rato, aos consumidores ou bebidas enlatadas. Tem-se claro dessa forma que se não houve a proteção é em vão todo cumprimento das normas sanitárias, desde a produção primária até o condicionamento daquele determinado alimento. A película protege o lacre e ou a borda da tampa da lata propiciando ao consumidor maior garantia de que aquela bebida ou alimento continuará inalterado após o rompimento da tampa, independentemente da procedência da lata. Imprescindível então lei que regularize tal situação, pois eminente a possibilidade de risco. Matéria de cunho preventivo por conta de interesse público deve ser contemplada.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero agradecer as informações trazidas pela Assessoria do mandato do Vereador Edivaldo Estima. Quero perguntar à nossa Assessoria se temos inscrições? (Pausa) Não temos inscrições. Vamos passar imediatamente ao Projeto 653/05, de autoria do Vereador Antonio Carlos Rodrigues, que dispõe sobre a oferta de horário escolar diferenciado aos alunos membros da Igreja

Adventista do 7º Dia, matriculados na rede municipal de ensino e dá outras providências. Lembro que esta matéria se encontra em segunda audiência pública, portanto, cumprindo neste momento a obrigação legal e regimental.

(NÃO IDENTIFICADO) - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Srs. Vereadores, bom dia a todos os presentes. Esta propositura do Vereador Antonio Carlos Rodrigues visa assegurar ao aluno por motivo de liberdade de consciência e crença religiosa requerer ao equipamento de ensino em que esteja regularmente matriculado que lhe sejam aplicadas provas em dias não coincidentes com o período da guarda religiosa. É que todos adventistas do 7º dia guardam o por do sol. Por do sol não tem um horário estabelecido, nem 17h, nem 18h, é o por do sol, quando não trabalham e nem pode freqüentar a escola. Então obedecendo ao artigo 5º da Constituição Federal que dá o direito à crença religiosa, é apenas uma adequação da rede municipal em possibilitar que esses alunos adeptos dessa religião, Adventista do 7º Dia, possam ter uma oferta diferenciada de prova e de freqüência. É essa a propositura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Pergunto à nossa Assessoria se temos inscrições para debater esta matéria? (Pausa) Vamos agradecer a presença de todos.

Vamos agora suspender os trabalhos para reabri-lo com duas matérias do Executivo, que ainda faltantes estão, projeto 642/07, do Executivo, confere nova redação ao artigo 19 e ao parágrafo 5}, do artigo 20, bem como revoga o parágrafo único do 23 e o anexo 3º, todos da Lei 13.271, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no município de São Paulo com a criação de entidades autárquicas e de regime especial, alterada pela Lei 13.871, de 20 de junho de 2004, e o Projeto de lei 586/07, do Executivo, que dá nova redação aos artigos 2º, 3º e 4º e revoga o artigo 5º da Lei



14.063, de 14 de outubro de 2005, que institui o sistema de avaliação de aproveitamento escolar dos alunos da rede municipal de ensino sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Vamos suspender os nossos trabalhos por cinco minutos, retomando com a presença dos técnicos do Executivo que farão a abordagem da matéria.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Retomando os trabalhos, vamos aqui realizar a segunda audiência pública do Projeto de lei 586/07, do Executivo, que dá nova redação aos artigos 2º, 3º e 4º e revoga o artigo 5º da Lei 14.063, de 14 de outubro de 2005, que institui o sistema de avaliação de aproveitamento escolar dos alunos da rede municipal de ensino sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, lembrando que esta matéria foi apresentada por Vereador desta Casa, Vereador José Anibal, e neste momento se debate a alteração da matéria permitindo sua aplicabilidade com maior eficiência por parte da Secretaria da Educação.

Quero passar a palavra à Sra. Carminha, que aqui representa a equipe que assessora o Secretário Alexandre Schneider, Assessoramento Técnico do Gabinete do Secretário, para que faça as considerações.

A SRA. CARMINHA - As alterações que estão sendo propostas visam unicamente estar adequando à operacionalização diante do sistema de educação. Então não existe uma alteração que mude o caráter, a concepção, mas busca fazer a aplicabilidade levando em conta todo o sistema e toda necessidade da nossa rede. Não sei se é isso que o Vereador precisava constatar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - É exatamente esse o debate, essas alterações preconizadas para o artigo 2º, 3º e 4º e a revogação do artigo 5º da lei. Lembro que esta é a segunda audiência pública. Na primeira audiência pública a Sra. Rita



Ribeiro representou a Secretaria trazendo informações técnicas sobre cada um dos artigos e a revogação do artigo 5º, em especial o período de realização, preconizando-se que esta avaliação proceda-se no final do ano e não no final do ano, como preconizado originalmente pela matéria.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, só para aproveitar aqui a presença da representante da Secretaria para fazer uma pergunta, se tem já alguma avaliação do que foi essa primeira experiência?

A SRA. CARMINHA - Não, eu não poderia estar dando a avaliação que foi feita. Posso estar providenciando para encaminhar para o senhor.

O SR. PAULO FIORILO - Tem já alguma análise, alguma impressão dessa primeiro...

A SRA. CARMINHA - A área técnica deve ter. Agora, nós da Assessoria Parlamentar ainda não recebemos o relatório. Eu não poderia ser fidedigna na minha fala.

O SR. PAULO FIORILO - Era só para pedir, se tivesse algum relatório, para encaminhar porque seria de muita utilidade para este debate, inclusive em plenário.

A SRA. CARMINHA - Vou estar verificando isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Quero questionar a nossa Assessoria se temos inscrições? (Pausa) Não havendo inscrições vamos encerrar a audiência pública, esta que é a 36ª audiência pública, lembrando que o Projeto de lei 642/07, que não realizamos a audiência pública na data de hoje por não recepcionarmos aqui os técnicos da Secretaria de Saúde, permitindo aprofundar o debate, já que realizamos a primeira audiência pública desta matéria. Estaremos sugerindo a convocação de nova audiência pública desta matéria e de outras que estão na Comissão de Finanças e Orçamento, para segunda-feira, às 9h, lembrando que às 10h nossa Comissão realizará audiência pública com o tema já definido, Orçamento 2008, aquela que será a segunda audiência pública regimental e legal para

cumprimento das nossas tarefas quanto ao orçamento de 2008.

Quero agradecer a presença de todos e lembrar que as Notas Taquigráficas da transcrição dos nossos debates constarão dos processos dos projetos de lei aqui debatidos.

Muito obrigado pela presença de todos e uma boa tarde.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

A SGP-21 com atem-
dimento do solicita-
do a fls. 13.
São Paulo, 29/11/07
MDS.

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 87.288
Em 15/04/08
Ass: Marcia Dezoti
Auxiliar Técnico Administrativo
RF 51.539



- "PL 453/2007, do Vereador EDIVALDO ESTIMA (PPS). Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 453/07. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado. Vai à sanção.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

do processo n.º 453/07

15/04/2008 (a)

Papel para informação, rubricado como folha nº 88 ✓

Marcia Gazoni

Auxiliar T.C. Administrativo

RF 51.599

À SGP 2

Sra. Secretária,

O presente Projeto de Lei foi aprovado em 2ª discussão e votação na 220ª Sessão Extraordinária, no dia 09 de abril do corrente.

15/04/2008

Lizia Oshiro

Supervisora de Apoio ao Plenário – Subst.
SGP -21

À SGP 23

Sr. Supervisor,

Encaminho os presentes autos para elaboração dos documentos pertinentes à sanção do respectivo Projeto Legislativo.

15/04/2008

^

Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP 2

RECEBIDO EM SGP-23

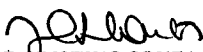
EM 16/04/2008

ÀS 18:20 H.

Sra. Kathya,

Oficiar ao Executivo encaminhando cópia autêntica, preparar carta de lei e registro.

Em, 10.04.2008.


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finaliz. do Processo Legislativo

Sr. Supervisor,

Providenciado conforme solicitado por V.Sa.

Em, 10.04.2008.


KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUE MM, juntado Δ nesta data
documento Δ e papel de informação
rubricado Δ sob folha Δ nº 89193
Em 19 / 05 / 08


Rosamari Cury Alves de Santos
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 89	do Processo
nº 01.453	de 07
Rosimar Carlos dos Santos	
Técnico Administrativo	

São Paulo, 17 de abril de 2008.

23 - OF-SGP23
23- 1722/2008

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 09 de abril do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Vereador Edivaldo Estima, que torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

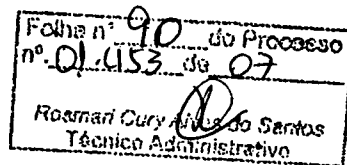
ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

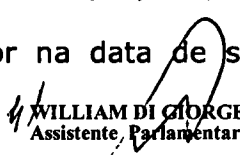
JCSS/kmrs

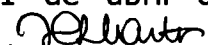


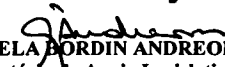
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 09 DE ABRIL DE 2008.

Cópia extraída de fls. nº 01 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 453/07). (Ver. Edivaldo Estima - PPS). Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º É obrigatório película protetora sobre a superfície de todas as bebidas e alimentos enlatados, comercializados no Município de São Paulo. Art. 2º É defeso a comercialização e distribuição desses enlatados, se desprovidos dessa proteção. Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo. Art. 4º Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação. Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu,  WILLIAM DI GEORGE, Assinte Parlamentar, extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 60 e digitei. Eu,  CREUSA LEONILDA SILVA ZACARIAS, Técnico Administrativo, a conferi. São Paulo, 11 de abril de 2008.

Supervisor de Finalização do Processo Legislativo,  JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS, Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo.

Visto,  ÂNGELA BORDIN ANDREONI, Secretária de Apoio Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.-


JCSS/kmrs





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 91	do Processo nº 01.953 da 07
Rosmarie C. Alves do Santos Técnico Administrativo	

LEI Nº

DE

DE

DE 2008

Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 09 de abril de 2008, decretou a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatório película protetora sobre a superfície de todas as bebidas e alimentos enlatados, comercializados no Município de São Paulo.

Art. 2º É defeso a comercialização e distribuição desses enlatados, se desprovidos dessa proteção.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades a serem regulamentadas pelo Executivo.

Art. 4º Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 11 de abril de 2008.

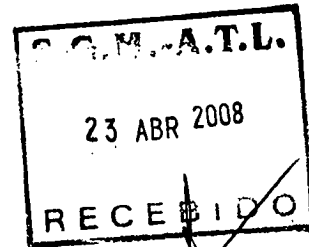
O Presidente,

JCSS/rcas

Folha nº 92 do Processo
nº 01-453/07
Rosemari Cupertino do Santos
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Marlene Gimenes Giraldes Antonelli
RF: 548.562.2.00
SGM/ATL

São Paulo, 17 de abril de 2008.

Recebi ofício SGP-23 nº 1722, 17 de abril de 2008, encaminhando ao Executivo cópia autêntica da lei decretada pela Câmara, relativa ao Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Vereador Edivaldo Estima.



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº 93 ✓
do processo nº01 - 453,0719/05/08..... (a)

Rosmar Cury Alves do Santos
Técnico Administrativo

À

SGP - 22

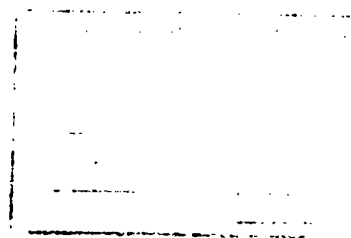
Sr. Supervisor,

Para as devidas providências tendo em vista o recebimento de VETO

TOTAL.

Em, 19.05.2008.


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo



Segue(m) juncto(s), nesta
data, documento(s) e folha de
nº 94 a 97
Em 26/5/08
Ass: _____

CA

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 15 de maio de 2008

Folha nº 94 do proc.

Nº 453 de 07

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar

100.406 de 2008.

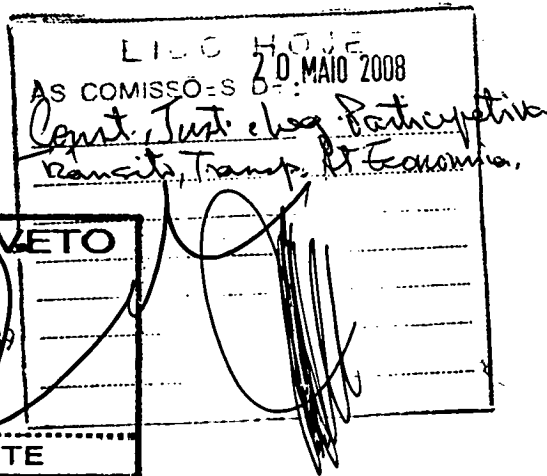
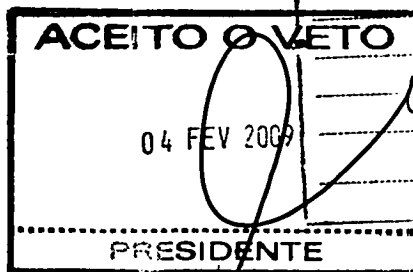
GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 106/08

Ref.: Ofício SGP-23 nº 1722/2008

15 - DOCREC
15- 1824/2008

Senhor Presidente



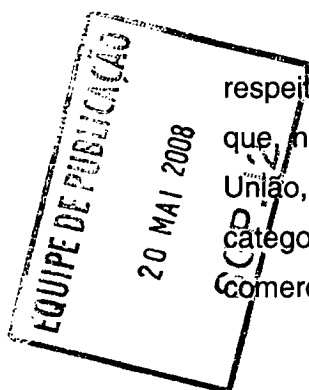
Por meio do ofício em epígrafe, Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia autêntica de lei decretada por essa Egrégia Câmara, em sessão de 9 de abril de 2008, relativa ao Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Vereador Edivaldo Estima, que torna obrigatória a película protetora sobre a superfície de todas as bebidas e alimentos enlatados, comercializados no Município de São Paulo.

A medida, além de obrigar a colocação de película protetora nas tampas de bebidas e alimentos enlatados, proíbe a comercialização e a distribuição desses produtos no Município, se estiverem desprovidos dessa proteção. Estabelece prazo de 12 meses para o cumprimento da lei, deixando, no entanto, de cominar a penalidade cabível, relegando ao Executivo tal disposição.

Não obstante os meritórios propósitos que inspiraram seu autor, impõe-se o veto total ao texto aprovado, com fulcro no § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, por inconstitucionalidade, ilegalidade e contrariedade ao interesse público, nos termos das razões a seguir aduzidas.

O texto proposto indica que a pretensão normativa diz respeito à produção e ao consumo. Nesse aspecto, revela-se inconstitucional, uma vez que, nos termos do artigo 24, inciso V, da Carta Magna, compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre tais matérias, em cujas categorias se enquadram as atividades de fabricação, venda, distribuição e comercialização de produtos.

Observe-se que a competência concorrente adotada pela Constituição brasileira consiste na edição de normas gerais por parte da União (ou dos Estados-membros, no caso de inexistir lei federal sobre normas gerais), normas essas





que podem ser suplementadas por leis estaduais (art. 24, §§ 1º a 3º da CF). O Município, nessa situação, somente pode legislar quanto a aspectos de interesse local.

É evidente que o controle higiênico-sanitário que afeta a fabricação, comercialização e consumo de produtos alimentícios merece tratamento nacional, não encontrando campo de atuação legislativa do município.

Dessa forma, ao interferir na produção e no comércio de bebidas e alimentos enlatados, a proposta legislativa desborda da competência do Município de São Paulo para disciplinar as atividades econômicas desenvolvidas em seu território, nos termos do artigo 160 de sua Lei Orgânica.

Cabe ressaltar, ainda, que muitas vezes a fabricação, a venda e mesmo a distribuição de certos produtos não ocorrem dentro dos limites de um Município, o que impossibilitaria a fiscalização e a apuração das respectivas responsabilidades.

Ademais, pretendendo disciplinar matéria relativa a serviço de natureza sanitária, ainda que materialmente exercida por particulares, mas com fiscalização a cargo do Poder Público, fica evidente a ingerência nas atividades dos órgãos administrativos, incorrendo a medida, também, em vício de iniciativa por contrariar o disposto no artigo 37, § 2º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que estabelece serem de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre organização administrativa.

Impende assinalar que a matéria de natureza sanitária de interesse predominantemente local, que compete ao município, já tem sua previsão legal estabelecida pela Lei nº 13.725, de 10 de janeiro de 2004 – Código Sanitário do Município de São Paulo, que em seus artigos 116 e seguintes caracteriza as infrações e comina as penalidades.

Portanto, eventual desobediência às normas de higiene poderá ser enquadrada no artigo 118 do Código Sanitário Municipal.

Não obstante as razões de inconstitucionalidade e ilegalidade apontadas sejam suficientes para fundamentar o veto integral do texto aprovado, a propositura desatende, ainda, ao interesse público, uma vez que não tem o condão de atingir os propósitos visados por seu autor.

Ocorre que, sob o aspecto prático, o fato de envolver com película ou filme plástico as latas dos produtos alimentícios não significa que será reduzida ou eliminada a possibilidade de contaminação, caso o local de venda ou consumo não atenda às normas do Ministério da Saúde (Portaria SVS/MS nº 326/97), da



Secretaria de Estado da Saúde (Portaria CVS-6/99) e da Secretaria Municipal de Saúde (Portaria 1210/06 – SMS), asseguradas no artigo 46 do Código Sanitário Municipal, que estabelecem as boas práticas de organização e higiene que são imprescindíveis para comercialização de alimentos seguros, nas quais se inclui a limpeza das embalagens rígidas e impermeáveis antes de serem abertas.

Desse modo, se os locais de armazenagem, distribuição e venda estiverem em desacordo com a legislação sanitária, as embalagens, providas ou não de películas protetoras, permanecerão com sujidades e possivelmente contaminadas.

Cumpre assinalar, por fim, que o texto aprovado é destituído de eficácia jurídica.

Ocorre que a propositura impõe conduta de observância obrigatória sem cominar a correspondente sanção, o que é matéria de reserva legal, impossível de ser instituída por ato do Poder Executivo, incorrendo assim em inconstitucionalidade por falta de estabelecimento de sanção específica.

Em assim sendo, se levada à sanção, a lei proposta seria inócua, por estar desprovida da necessária coercitividade, a impedir, inclusive, sua fiscalização pelos órgãos municipais competentes e, via de consequência, o pleno alcance do objetivo colimado por seu autor.

Conclui-se, portanto, que sob os aspectos apresentados o projeto aprovado revela-se inconstitucional, ilegal e contrário ao interesse público, pelo que me vejo na contingência de vetá-lo integralmente, nos termos do artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, motivo pelo qual devolvo o assunto à apreciação dessa Egrégia Câmara que, com seu elevado critério, se dignará a reexaminá-lo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

Ao

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 97

do processo n.º 01-453 de 07 26 5 108 (a) CA

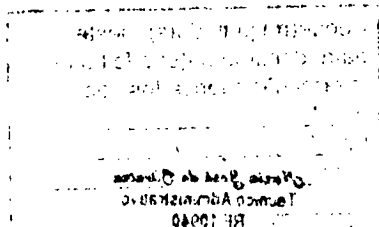
Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Às Comissões de:
Constituição, Justiça e Legislação Participativa e
Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Para emissão de Parecer Conjunto sobre o Veto Total aposto pelo Executivo à
matéria objeto do presente projeto.

26/05/08


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2



RECEBIDO
 Comissão de Constituição e Justiça
 Em 26/5/08 às 15:50
 RF 1120

Ag. Nobre Vereador / À Nobre Vereadora
José Farias
 Para: Assessoria
 S. Assessoria de Comunicação
 Em 16/06/08
 Obs. o prazo 15 dias, nos
 termos do § 2º do art. 17

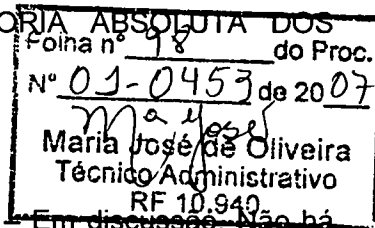
À SGP-21, à fôrça do prazo
 previsto no artigo 364 do
 Regimento Interno.
 SP, 20/06/08

RECEBIDO SGP-21
 Em 23/06/2008
 às 11:15 horas

Carla M. Falcioni
 Assistente Parlamentar
 RF 100.742

Segue(m) juntado(s), nesta
 data, documento(s) e folha de
 informação rubricados sob
 nº 98 e 99
 Em 05/02/2009
 Ass: João José de Oliveira
 Técnico Administrativo
 RF 10940

- “Discussão e votação únicas do VETO TOTAL ao PL 453/2007, do Vereador EDIVALDO ESTIMA (PPS) Torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados, cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo. (DOCREC - 1824/08) REJEIÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) - Em discussão. Não há

oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos a manutenção do veto. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovada a manutenção. Arquive-se o projeto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 99 ^U

do processo n.º 01 - 0453 de 2007

05/02/2009

(a)

Mª José
Maria José de Oliveira
Técnico Administrativo
RF 10940

À SGP 2

Sra. Secretária,

O Veto Total aposto à Lei objeto do presente projeto foi mantido na 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 04 de fevereiro de 2009.

05/02/2009

Luzia de Almeida Leite
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP-21

À SGP 23

Sr. Supervisor,

Oficiar ao Executivo comunicando a manutenção do Veto Total.

05/02/2009

Angela Bordin Andreoni
Angela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO EM SGP-2

EM 09/02/09

Ulicell

AS 15:30

Sr. Anderson,

Oficiar ao Executivo comunicando a manutenção do **Veto Total**.

05/02/09


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Sr. Supervisor,

Providenciado conforme solicitação de V.Sa.

05/02/09


ANDERSON ROGÉRIO DE SOUZA
Técnico Administrativo

Segue <u>M</u> juntado <u>S</u> nesta data
documento <u>S</u> e papel de
informação
rubricada <u>S</u> sob folhas <u>nº 100a/102</u>
Em <u>12/02/2009</u>

Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo

RU SO PO
100a/102
05/02/09



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 100 do processo
nº 01-453 de 2007
Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo

São Paulo, 05 de fevereiro de 2009.

23 - OF-SGP23
23- 00248/2009

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que em sessão de 04 de fevereiro do corrente, a Câmara, em votação realizada nos termos do artigo 42, § 5º da Lei Orgânica do Município de São Paulo, resolveu manter o veto total aposto pelo Executivo à lei que torna obrigatório película protetora sobre a superfície dos enlatados cujo consumo seja alimentar, no âmbito do Município de São Paulo, veto comunicado a esta Edilidade pelo Ofício ATL nº 106, de 15 de maio de 2008, referente ao PL nº 453/07, de autoria do Ver. Edivaldo Estima.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

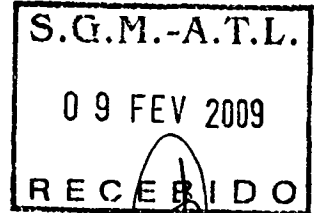

JCSS/ars

Folha nº 101 do processo
nº 01-453 de 2007

Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Marlene Gimenes Gonçalves Antonelli
RF: 548.582.200
SGM/ATL

São Paulo, 05 de fevereiro de 2009.

Recebi ofício SGP-23 nº 248, de
05/02/2009, comunicando ao Senhor Prefeito a manutenção do veto total aposto
pelo Executivo à lei relativa ao Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Vereador
Edivaldo Estima.



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação rubricado com folha nº 161 ✓
do processo nº 01-453/2007 12/02/2009 (a)

Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo

À SGP-33 – Arquivo Geral,
Para arquivamento.
12/02/09


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Proc. encerrado com	102# fls.
Arquivado em	26-02-2009
O Func.º	
Lina Angélica M. Gumauskas Documentalista RF 100.927	